RICARDO DAL PIZZOL

**EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO: SINALAGMA, CAUSA E
BOA-FÉ OBJETIVA**

Uma Releitura à luz dos Novos Temas Contratuais

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Doutor Marco Fábio Morsello

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO – SP

2020

RICARDO DAL PIZZOL

**EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO: SINALAGMA, CAUSA E
BOA-FÉ OBJETIVA**

Uma Releitura à luz dos Novos Temas Contratuais

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito Civil, sob a orientação do Professor Doutor Marco Fábio Morsello.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO – SP

2020

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Dal Pizzol, Ricardo

Exceção de Contrato não Cumprido: Sinalagma, Causa e Boa-fé Objetiva. Uma Releitura à luz dos Novos Temas Contratuais ; Ricardo Dal Pizzol ; orientador Marco Fábio Morsello -- São Paulo, 2020.

576

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

1. exceção de contrato não cumprido. 2. Direito Contratual. 3. sinalagma. 4. causa do contrato. 5. boa-fé objetiva. I. Morsello, Marco Fábio , orient. II. Título.

DAL PIZZOL, Ricardo. Exceção de Contrato não Cumprido: Sinalagma, Causa e Boa-fé Objetiva. Uma Releitura à luz dos Novos Temas Contratuais. 576 páginas. Doutorado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

RESUMO

A essência do instituto da exceção de contrato não cumprido pode ser explicada em poucas linhas: nos contratos bilaterais, qualquer das partes pode, desde que não obrigada a prestar primeiro, recusar a sua prestação enquanto a outra não efetuar a que lhe compete ou não oferecer o seu cumprimento simultâneo. Trata-se de uma exceção material, e, portanto, de um contradireito – vale dizer, uma posição jurídica ativa, de função defensiva, que tem o efeito de encobrir ou paralisar a eficácia da pretensão do demandante, sem negar ou fulminar sua existência. Dentro do gênero exceção material, qualifica-se como exceção dilatória, dependente e comum. O objetivo principal do estudo é examinar a exceção de contrato não cumprido à luz de três eixos: o sinalagma, a causa e a boa-fé objetiva. O primeiro deles, o sinalagma, encarna o próprio fundamento do remédio. A exceção de contrato não cumprido é o resultado de uma evolução histórica de contínua e progressiva consciência do liame de interdependência entre as prestações de um contrato bilateral, não só no momento de sua gestação (sinalagma genético), mas também durante seu cumprimento (sinalagma funcional). A causa concreta, por sua vez, tem a função de assegurar que a aplicação da exceção de contrato não cumprido esteja em linha com os interesses e finalidades essenciais dos contratantes. O terceiro eixo – a boa-fé objetiva – demarca o âmbito de exercício admissível da ferramenta, estabelecendo as fronteiras para além das quais o emprego do contradireito deixa de ser uma arma legítima de autodefesa para assumir foros de abusividade.

Palavras-chave: exceção material; exceção de contrato não cumprido; *exceptio non adimpleti contractus*; exceção de contrato não adequadamente cumprido; *exceptio non rite adimpleti contractus*; sinalagma; reciprocidade; causa; causa abstrata; causa concreta; boa-fé objetiva; exceção de insegurança.

DAL PIZZOL, Ricardo. Eccezione d'inadempimento: Sinallagma, Causa e Buona Fede Oggettiva. Una rilettura alla luce dei nuovi temi contrattuali. 576 pagine. Dottorato – Facoltà di giurisprudenza, Università di São Paulo, São Paulo, 2020.

RIASSUNTO

L'essenza dell'istituto dell'eccezione d'inadempimento può essere spiegata in poche righe: nei contratti con prestazioni corrispettive, ciascuno dei contraenti può rifiutarsi di adempiere la sua obbligazione, se l'altro non adempie o non offre di adempiere contemporaneamente la propria, che sia già esigibile. Si tratta di una eccezione sostanziale e, quindi, di un controdiritto: cioè una posizione giuridica attiva, con una funzione difensiva, che ha l'effetto di coprire o paralizzare l'efficacia della pretesa del creditore, senza negare o estinguere la sua esistenza. Nell'ambito delle eccezione sostanziale, si qualifica come un'eccezione dilatoria, dipendente e comune. L'obiettivo principale di questa ricerca è esaminare l'eccezione d'inadempimento alla luce di tre elementi: il sinallagma, la causa e la buona fede oggettiva. Il primo, il sinallagma, costituisce il vero fondamento del rimedio. L'eccezione d'inadempimento è il risultato di un'evoluzione storica di continua e progressiva consapevolezza del legame di interdipendenza tra i benefici di contratti con prestazioni corrispettive, non solo al momento della sua nascita (sinallagma genetico), ma anche durante il suo adempimento (sinallagma funzionale). La causa concreta, a sua volta, ha la funzione di garantire che l'applicazione dell'eccezione d'inadempimento sia in linea con gli interessi e gli scopi essenziali dei contraenti. Il terzo elemento – la buona fede oggettiva – fissa i limiti per l'invocazione del rimedio, stabilendo i confini oltre i quali l'uso del controdiritto non è più una forma legittima di autodifesa, ma una reazione abusiva.

Parole chiave: eccezione sostanziale; eccezione d'inadempimento; *exceptio non adimpleti contractus*; eccezione di contratto non esattamente adempiuto; *exceptio non rite adimpleti contractus*; sinallagma; corrispettività; causa; causa astratta; causa concreta; buona fede oggettiva; eccezione di insicurezza.

DAL PIZZOL, Ricardo. Suspension of Performance: Synallagma, Consideration and Good Faith. A Rereading in the Light of New Contractual Issues. 576 pages. Doctorate Degree – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

ABSTRACT

The central idea of suspension of performance remedy can be explained in a few lines: in bilateral contracts, either party, as long as it is not obliged to provide first, may refuse to perform unless or until the other party performs or offers simultaneous performance. It is a proper *exceptio*, which has the effect of covering up or paralyzing the effectiveness of the plaintiff's claim, without denying or destroying its existence. Within the proper *exceptio* genre, it qualifies as a dilatory, dependent and common one. The main objective of this thesis is to analyze the suspension of performance remedy in the light of three concepts: synallagma, consideration and good faith. The first one, synallagma, embodies the very foundation of the remedy. Suspension of performance is the result of a progressive awareness of the dependency between mutual promises in bilateral contracts, not only at the time of their formation (genetic Synallagma), but continuously during their entire life (functional Synallagma). Consideration, in its turn, has the function of ensuring that the application of the remedy is in line with the essential interests and purposes of the parties. The third element – good faith – sets the permissible scope of exercise of the defense, establishing the boundaries beyond which its use becomes abusive.

Keywords: suspension of performance; *defense of nonperformance*; synallagma; condition; warranty; intermediate terms; consideration; good faith; material breach; anticipatory breach.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. A <i>EXCEPTIO NON ADIMPLETI CONTRACTUS</i> NA HISTÓRIA	23
1.1. Direito Romano	26
1.1.1. Período arcaico e início do período clássico: obrigações autônomas entre si...	27
1.1.2. Fim do período clássico e período pós-clássico: cresce a consciência da interdependência das obrigações nos contratos bilaterais	34
1.1.3. Limitações do modelo romano: ausência de regra geral e utilização rara do remédio	49
1.2. Idade Média	55
1.2.1. Alta Idade Média: retração do direito contratual	55
1.2.2. Escola dos Glosadores: avanço pouco significativo	58
1.2.3. Os canonistas e o princípio “ <i>frangenti fidem, non est fides servanda</i> ”	61
1.2.4. Os pós-glosadores. A fórmula de Bartolo	69
1.3. A <i>exceptio non adimpleti contractus</i> na modernidade	74
1.3.1. França: da “Escola de Cujas” a René Cassin	75
1.3.2. Alemanha: dos jusracionalistas ao BGB	88
1.4. A <i>Exceptio</i> na tradição luso-brasileira	97
1.4.1. Ordenações do Reino: construção de uma regra geral a partir das fontes subsidiárias	97
1.4.2. Da Consolidação das Leis Civis ao Código Civil de 2002	102
2. CONCEITO, MECANISMO E EFICÁCIA: A EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO COMO EXCEÇÃO MATERIAL, DILATÓRIA, DEPENDENTE E COMUM	113
2.1. Exceções materiais ou substanciais: contradireitos neutralizantes	114
2.2. A exceção de contrato não cumprido como exceção material	136
2.3. A exceção de contrato não cumprido como exceção dilatória	144
2.4. A exceção de contrato não cumprido como exceção dependente. O problema da prescrição das exceções	146
2.5. A exceção de contrato não cumprido como exceção comum (ou geral)	157

2.5.1. A oponibilidade da exceção de contrato não cumprido em relação a terceiros	157
a) <i>Cessão de crédito</i>	158
b) <i>Assunção de dívida</i>	160
c) <i>Cessão de contrato</i>	162
d) <i>Sub-rogação</i>	163
e) <i>Estipulação em favor de terceiro</i>	164
f) <i>Títulos de crédito</i>	165
2.5.2. Exceção de contrato não cumprido e pluralidade de partes	171
2.6. Considerações Finais	175
 3. REDEFININDO OS CONTORNOS DO INSTITUTO DA <i>EXCEPTIO NON ADIMPLETI CONTRACTUS</i> A PARTIR DAS NOÇÕES DE SINALAGMA, CAUSA CONCRETA E BOA-FÉ OBJETIVA	176
3.1. Sinalagma: o fundamento. Um conceito em expansão	178
3.1.1. A origem do termo	178
3.1.2. Sinalagma genético e funcional	184
3.1.3. Tipologia dos deveres nas relações obrigacionais complexas e abrangência do sinalagma	193
a) <i>Deveres de prestação e deveres de proteção</i>	195
b) <i>A extensão do sinalagma para além das obrigações principais</i>	200
c) <i>Um exemplo da expansão do sinalagma: a interpretação evolutiva do art. 1.460 do Código Civil Italiano. Os conceitos de “corrispettività” e “interdipendenza”</i>	211
3.2. Causa do contrato. Medida de cabimento do remédio e critério de “sintonia fina”	220
3.2.1. Causa: um conceito necessário, mas não uma panaceia para a solução de todos os problemas contratuais	220
3.2.2. Causa: um caso de analogia de proporcionalidade	222
3.2.3. As quatro causas de Aristóteles: um ponto de partida	223
3.2.4. Elemento categorial inderrogável: forma e objeto. Negócios abstratos e causais. Causa pressuposta e final	231

3.2.5. Causas de atribuição patrimonial: <i>credendi, solvendi, donandi</i> . A visão ponteana de causa	241
3.2.6. A concepção atomística de causa: a causa da obrigação. Uma teoria a ser abandonada	244
3.2.7. Duas acepções de causa final: causa abstrata e causa concreta	248
3.2.8. Causa concreta e sinalagma expandido: aproximação dos conceitos	261
3.2.9. Causa concreta e cabimento da exceção de contrato não cumprido	265
3.3. Boa-fé objetiva: antes fundamento, agora limite para a exceção de contrato não cumprido	274
3.3.1. A boa-fé na gênese histórica da <i>exceptio</i> : a boa-fé como fundamento original do instituto	275
3.3.2. A boa-fé a impor limites à invocação abusiva da exceção de contrato não cumprido	279
a) <i>Um excursus necessário: Exceção de contrato não cumprido e tu quoque. Semelhanças e dessemelhanças</i>	285
b) <i>Uso abusivo da exceptio. Situações que se enquadram no tipo “desequilíbrio no exercício jurídico”</i>	290
b.1) O excipiente não tem capacidade concreta de adimplir ou demonstra não ter intenção de fazê-lo	291
b.2) A inexecução atribuída ao excepto não guarda relação de proporcionalidade com a prestação que está sendo demandada do excipiente	293
b.3) O exercício da <i>exceptio</i> prejudica ou coloca em risco um direito fundamental do excepto. Restrições à oposição da exceção em contratos de prestação de serviços públicos essenciais e de plano de saúde	303
c) <i>“Nemo auditur propriam turpitudinem allegans”</i> : A conduta de quem opõe a exceção após ter recusado indevidamente a prestação ofertada pela contraparte ou dado causa ao incumprimento desta	311
d) <i>O fator tempo e o exercício inadmissível da exceção. A tolerância com o inadimplemento do excepto (“suppressio”). A criação de uma vantagem em favor do excepto que inviabiliza a exceptio (“surrectio”)</i>	316
4. REQUISITOS DE APLICAÇÃO DA EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO (ART. 476 DO CÓDIGO CIVIL). ÂMBITO DE INCIDÊNCIA	328

4.1. Delineamento dos requisitos	328
4.2. Os deveres de prestar do excipiente e do excepto precisam ser sinalagmáticos ou correspectivos entre si	332
4.2.1. Contratos bilaterais imperfeitos. Impossibilidade de invocação da exceção de contrato não cumprido. Direito de retenção	338
<i>a) A pseudocategoria dos contratos bilaterais imperfeitos. Inexistência de sinalagma</i>	338
<i>b) Exceção de contrato não cumprido e direito de retenção. Análise comparativa dos dois institutos</i>	345
4.2.2. Contratos plurilaterais. Sinalagma indireto e mediato. Aplicação excepcional da exceção de contrato não cumprido	355
4.2.3. Obrigações recíprocas de restituição derivadas da resolução ou da pronúncia de invalidade de contratos (sinalagma invertido). Obrigações recíprocas estabelecidas em distratos, acordos judiciais e outras avenças. Cabimento, em tese, da exceção de contrato não cumprido nessas hipóteses	363
4.2.4. Contratos coligados e exceção de contrato não cumprido	369
<i>a) Conexão contratual: Fundamento, conceito e estrutura</i>	369
<i>b) Sinalagma complessivo: correspectividade que excede as fronteiras de um único contrato. Cabimento, em tese, da exceção de contrato não cumprido entre deveres oriundos de contratos diferentes, mas coligados</i>	374
<i>c) Oponibilidade da exceptio nas coligações com partes distintas</i>	386
4.3. Os deveres de prestar do excipiente e do excepto precisam ser contemporaneamente exigíveis no momento do exercício da exceção	391
4.3.1. A situação mais comum: simultaneidade das prestações (toma-lá-dá-cá). A outra hipótese: aplicação do princípio “de igual trato das dívidas vencidas”	392
4.3.2. Particularidades da aplicação do requisito da contemporaneidade aos contratos de duração	400
4.4. Incumprimento do excepto não imputável ao excipiente, que atinja o núcleo funcional do contrato e guarde proporcionalidade com a prestação que está sendo demandada	406
4.4.1. Configuração atual do binômio adimplemento-inadimplemento	409
4.4.2. A patologia da relação obrigacional: o inadimplemento em suas várias	

modalidades	413
a) <i>Inadimplemento definitivo e mora</i>	414
b) <i>Cumprimento defeituoso e violação positiva do contrato. Abrangência dos conceitos. Efeitos</i>	416
4.4.3. Inadimplemento definitivo do excepto e exceção de contrato não cumprido.....	421
4.4.4. Mora total do excepto e exceção de contrato não cumprido. Cabimento do remédio em casos de retardamento não culposo do excepto	423
4.4.5. <i>Exceptio non rite adimpleti contractus</i> : mora parcial, cumprimento imperfeito e violação positiva do contrato	424
5. ARTIGO 477 DO CÓDIGO CIVIL: A EXCEÇÃO DE INSEGURIDADE	430
5.1. Hipóteses de cabimento. Razão de ser do instituto. Diferenças em relação à exceção do contrato não cumprido (art. 476 do Código Civil)	431
5.2. O requisito da diminuição patrimonial que comprometa ou torne duvidoso o adimplemento. A garantia a ser prestada para elidir a exceção	442
5.3. Art. 495 do Código Civil: Uma exceção de insegurança diferenciada para o contrato de compra e venda? Análise da utilidade desse dispositivo	449
6. O DIREITO DE SUSPENDER O CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO EM FACE DO INADIMPLEMENTO DA PARTE CONTRÁRIA NOS PAÍSES DE <i>COMMON LAW</i>. A DOCTRINA DA “SUSPENSION OF PERFORMANCE”	459
6.1. Caminhos distintos dos seguidos até aqui	459
6.2. Reino Unido	463
6.3. Estados Unidos	474
6.4. Comparações finais. Common law e civil law	480
7. EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO: EXAME SEGUNDO OS POSTULADOS DA “LAW AND ECONOMICS”	482
7.1. Análise Econômica do Direito e Teoria Contratual	483
7.2. Quebra de contrato. Remédios disponíveis. A <i>exceptio</i> como alternativa de autotutela	490
7.2.1. Indenizações (“damages”) e execução específica da obrigação (“ <i>specific</i> ”	

<i>performance</i>)	491
7.2.2. Vantagens da <i>exceptio</i> , enquanto forma de autotutela (“ <i>self-help remedy</i> ”) ..	495
a) <i>Incentivo a prestar</i>	496
b) <i>Preservação do equilíbrio contratual: mitigando prejuízos e mantendo a equivalência temporal do cumprimento das obrigações</i>	497
c) <i>Economia de tempo e dinheiro</i>	499
7.3. Considerações finais	500
8. EXERCÍCIO DA EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO EM JUÍZO. PRINCIPAIS REPERCUSSÕES NO PROCESSO CIVIL	502
8.1. Noções prévias a respeito da exceção no direito processual	502
8.2. A exceção de contrato não cumprido no processo de conhecimento	508
8.2.1. Meio adequado de alegação	508
8.2.2. A exceção de contrato não cumprido como meio de defesa para ações em que se pede o cumprimento da obrigação. Incompatibilidade lógica de sua arguição em ações de resolução do contrato	513
8.2.3. Conhecimento de ofício e preclusão	517
8.2.4. Resposta à exceção. Adimplemento substancial e <i>exceptio</i>	521
8.2.5. Ônus da prova	525
8.2.6. Consequências do acolhimento da <i>exceptio</i> : sentença de procedência ou improcedência?	526
8.3. A exceção de contrato não cumprido no processo de execução e na fase de cumprimento de sentença	532
8.3.1. Meios adequados de alegação	532
8.3.2. Conhecimento de ofício e preclusão	535
8.3.3. Resposta à exceção	538
8.3.4. Ônus da prova	539
8.3.5. Decisão que acolhe a <i>exceptio</i> . Impactos na execução	539
CONCLUSÃO	541
BIBLIOGRAFIA	550

INTRODUÇÃO

« *Au premier abord, la matière paraît tellement simple qu'on ne soupçonne même pas quelle difficulté pourrait bien s'élever à son sujet.* »¹
(Raymond Saleilles)

a) A essência do instituto da exceção de contrato não cumprido pode ser explicada em poucas linhas: nos contratos bilaterais, qualquer das partes pode, desde que não obrigada a prestar primeiro, recusar a sua prestação enquanto a outra não efetuar a que lhe compete ou não oferecer o seu cumprimento simultâneo.

A razão de ser dessa defesa – um dos poucos instrumentos de autotutela ainda admitidos – também é quase auto-evidente. Cada uma das partes, ao celebrar um contrato bilateral, obriga-se **por causa da, e na medida da**, respectiva contraprestação.

E não basta atribuir a cada contratante um direito de crédito em relação à respectiva contraprestação. É preciso “amarrar” um cumprimento ao outro, pois, no fundo, o que as partes desejam trocar são atribuições patrimoniais efetivas e não direitos de crédito em abstrato.

Nenhuma das partes está disposta, via de regra, a assumir o risco de cumprir integralmente em favor da outra, em troca apenas da possibilidade de exigir judicialmente, em momento posterior, o cumprimento da prestação correlata ou a restituição do que adiantou (com os ônus daí decorrentes e o risco de que a contraparte sequer tenha condições econômicas de, após condenada, satisfazer a obrigação ou promover a restituição).

É essa realidade – de como e por que as partes se envolvem em relações sinalagmáticas – que se impõe e torna a *exceptio non adimpleti contractus* um remédio admitido quase universalmente.

¹ “À primeira vista, o assunto parece tão simples que nem se suspeita qual dificuldade possa surgir acerca dele.” (SALEILLES, Raymond. *Du refus de paiement pour inexécution de contrat*. In: *Étude de Droit*

b) Por trás, porém, dessa aparente simplicidade e do caráter quase intuitivo do remédio, escondem-se dificuldades persistentes.

O instituto, de raízes tão antigas, a despeito de lapidado ao longo de dois milênios, aparece ainda imerso em dúvidas, cheio de sombras e contradições.

Em doutrina, discute-se acerca de tudo: sua natureza; seu fundamento; suas funções; seu âmbito de aplicação; seus requisitos; seus efeitos. Os pontos de consenso são raros.

Na prática forense, por sua vez, em que pese muito invocado, é possível observar, com honrosas exceções, um preocupante desconhecimento de seu mecanismo de funcionamento, de seus pressupostos e efeitos.

Não raramente é confundido com o direito de retenção ou com a compensação. Com frequência é deduzido como defesa em ação de resolução, o que contraria sua natureza. Exige-se a simultaneidade dos vencimentos, quando, na verdade, basta que as obrigações sejam coetaneamente exigíveis no momento da arguição. Restringe-se, em algumas decisões, o cabimento do remédio aos descumprimentos referentes às obrigações principais do contrato, ignorando que deveres secundários, acessórios e de proteção podem ser igualmente relevantes para a realização do programa contratual. Isso apenas para citar alguns dos equívocos mais comuns.

c) A palavra-chave em matéria de exceção de contrato não cumprido é **reciprocidade** (ou **sinalagma**).

Causa e boa-fé também desempenham papéis relevantes, mas a essência do remédio, seu coração, está no sinalagma.

Compreende-se, assim, porque a história da exceção de contrato não cumprido confunde-se, em larga medida, com a narrativa do avanço do reconhecimento desse vínculo de reciprocidade e dependência entre as obrigações nos contratos bilaterais.

À medida que o Direito dos Contratos desprende-se do formalismo e da abstração iniciais para colocar o foco nos **reais interesses** que fundamentam o **consenso** nas relações de troca (uma parte só concorda em dar ou fazer algo em favor da outra por ter em mira o que será dado ou feito por esta, e vice-versa) e também na **ética** a elas subjacente (se “A” não cumpriu a palavra dada, por que exigir que “B” o faça?), cresceu *pari passu* a

consciência da reciprocidade entre as obrigações e, com ela, a reboque, firmou-se a ideia de que não se pode obrigar alguém a cumprir em favor de quem ainda não cumpriu.

Os romanos, na feliz expressão de José João Abrantes, apenas “pressentiram” esse meio de defesa que viria a ser a *exceptio non adimpleti contractus*.² Movidos por razões de equidade, sempre presentes em seu espírito prático, foram levados a consagrar algumas aplicações mais urgentes e claras da interdependência funcional das obrigações sinalagmáticas, sobretudo em matéria de compra e venda. Nunca chegaram, porém, a desenvolver uma regra geral aplicável a todos os contratos bilaterais.

Os canonistas foram os primeiros a compreender, em maior plenitude, a reciprocidade ínsita aos contratos bilaterais. E o fizeram sobretudo sob um viés ético: quem assume um compromisso empenha a sua palavra e, portanto, deve manter-se fiel ao prometido, sob pena de não poder prevalecer-se de compromissos contratados em seu favor na mesma oportunidade. Essa ideia materializou-se em dois enunciados, que constituem o gérmen de uma regra geral aplicável a todas as relações sinalagmáticas:

“Frangenti fidei, non est fides servanda” (“Para aquele que rompe a fé, a fé não é mais devida”)

“Frustra sibi fidem quis postulat ab eo servari, cui fidem a se praestitam servare recusat” (“É em vão que exigimos que se observe a palavra a alguém para quem nós mesmos não observamos a fé jurada”).

Não obstante, foi o trabalho subsequente dos pós-glosadores, de unificação dos poucos fragmentos romanos existentes acerca da matéria e de conciliação desses excertos com os princípios mais evoluídos do Direito Canônico (v.g., boa-fé, respeito à palavra dada, consensualismo), que incorporou definitivamente a *exceptio non adimpleti contractus* ao *ius commune* europeu, tornando-a regra uniformemente aceita em todo o continente. Agora, a fórmula que se disseminaria seria a de Bartolo de Sassoferrato:

“Contractu ultro citroque obligatorio non potest effectualiter agi, nisi ab eo qui effectualiter totum contractum ex parte sua impleverit” (“Em um contrato sinalagmático, o autor não pode demandar com sucesso se não cumpriu ou não ofereceu sua prestação.”)

Posteriormente, com o trabalho dos pandectistas alemães do século XIX, o fundamento da *exceptio* irá migrar definitivamente de um eixo ético (leia-se: equidade e

² A exceção de não cumprimento do contrato no direito civil português – conceito e fundamento. Coimbra: Almedina, 1986, p. 15–16.

boa-fé) para a reciprocidade (sinalagma). Mais do que uma decorrência do dever de correte e probidade perante o outro contratante, a *exceptio* passará a ser vista como uma consequência do liame funcional, de reciprocidade, entre as prestações do contrato, direcionada a manter o equilíbrio da relação e a incentivar o atingimento de suas finalidades. Foi com este perfil mais técnico que ela ingressou nas codificações tardias, como o B.G.B. e o Código Civil Brasileiro de 1916.

Este esorço histórico, fundamental para a adequada compreensão do instituto, será o tema do primeiro capítulo da tese.

d) Embora os romanos não tenham sequer se aproximado da maturidade do instituto, um legado muito significativo foi por eles deixado no que toca à estrutura e ao mecanismo de funcionamento do remédio, qual seja sua concepção como **exceção material (ou substancial)**.

Com efeito, as formas mais remotas, no Direito Romano, de lidar com o problema de quem cobra sem ter prestado foram duas *exceptiones*: a *exceptio mercis non traditae* e a *exceptio doli*.

Em um sistema jurídico de base processual como o romano – assentado não no reconhecimento geral e abstrato de direitos, mas na atribuição de *actiones* –, as *exceptiones* constituíam o contraponto destas, isto é, defesas processuais carregadas de direito material.

Introduzidas no sistema pela atividade dos pretores, as *exceptiones* não negavam a existência do direito do autor, mas tinham o efeito de bloquear a *actio*, em situações nas quais a aplicação rigorosa de um direito abstratamente albergado pelo *ius civile* se mostrasse iníqua em concreto.

Essa figura transpôs séculos de história, sobrevivendo à Idade Média, para sofrer uma reestruturação com o pandectismo: assim como a *actio* romana foi lentamente convertida na *pretensão*, as *exceptiones* foram paulatinamente transmutadas nas *exceções materiais* ou *substanciais*.

Destarte, o binômio romano *actio-exceptio*, de natureza processual, converteu-se no binômio moderno *pretensão-exceção*, de índole material.

Porém, nesse processo, as exceções materiais não perderam a característica fundamental do mecanismo de funcionamento das *exceptiones*: elas continuam a atuar no

sentido não de negar ou fulminar o direito, a pretensão ou a ação material do autor, mas de “paralisar” ou “encobrir” a eficácia destes, definitiva ou temporariamente.

E, assim agindo, as exceções materiais enquadram-se no gênero dos **contradireitos**: figuras que ostentam a peculiar condição de serem posições jurídicas ativas que se exercem defensivamente contra outros direitos, pretensões ou ações materiais, porém sem negar a existência deles.

Pois é exatamente o que ocorre na exceção de contrato não cumprido, espécie de exceção material e, portanto, de contradireito. A pretensão do autor não é negada pela *exceptio*, apenas tem a sua eficácia encoberta, *se e quando* o demandado a opõe legitimamente. Quem tem pretensão pode exigir, independentemente de já ter contraprestado. Agora, se exige sem ter contraprestado, fica sujeito à oposição da exceção de contrato não cumprido.

Esta visão cindida ou atomística do fenômeno, marcada por posições jurídicas ativas opostas (pretensão/exceção, derivadas historicamente do binômio *actio/exceptio*), algo artificial e contra-intuitiva, é fonte, como se verá, de muitas das dificuldades que cercam o instituto da exceção de contrato não cumprido. Mas, ao mesmo tempo, também dita muitas soluções para os problemas de aplicação prática da ferramenta.

Daí a necessidade de examinar a fundo a categoria dos contradireitos, e, dentro destes, a exceção material em particular, a fim de bem compreender o mecanismo de funcionamento da exceção de contrato não cumprido. E, dentro da categoria da exceção material, impende analisar suas várias subdivisões (exceções dilatórias e peremptórias; dependentes e independentes; pessoais e comuns; etc.), pois o enquadramento da exceção de contrato não cumprido em cada uma delas revela-se método extremamente profícuo para aclarar as principais características e efeitos do remédio. Tudo isso será feito no segundo capítulo, dedicado à análise **estrutural** do instituto.

e) A evolução dogmática da *exceptio* não se encerra com a introdução de regras gerais nos Códigos Civis, a exemplo do §320 do BGB, do art. 476 do Código Civil Brasileiro ou do art. 1460 do Código Civil Italiano, corte temporal que encerra o primeiro capítulo. A bem da verdade, tais regras, por serem muito genéricas, são absolutamente insuficientes para permitir entender por quê, para quê e quando a exceção de contrato não

cumprido é cabível. Para confirmar essa conclusão, basta pensar na simplicidade do único artigo que trata do tema no Código Civil Brasileiro, o já referido art. 476:

Art. 476. Nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.

Fácil perceber que nenhum “*hard case*” referente à matéria – v.g., aplicação da *exceptio* entre obrigações de contratos diferentes, porém coligados; possibilidade de invocar o inadimplemento de um dever acessório para justificar o inadimplemento de uma obrigação principal; cabimento da *exceptio* em contratos plurilaterais – pode ser solucionado mediante um simples raciocínio silogístico a partir desse dispositivo.

E são justamente esses casos “difíceis” que se apresentam nos tribunais com maior frequência nos dias de hoje, até porque pouco provável que, tendo sido convencionado o cumprimento simultâneo, uma das partes se aventuraria a cobrar em juízo a prestação da parte adversa sem ter cumprido sequer uma parte do pactuado ou sem se disponibilizar a fazê-lo (situação de incidência clara da exceção de contrato não cumprido). Para a solução dos problemas aludidos no parágrafo anterior e de tantos outros, a regra do art. 476 do Código Civil não é suficiente, sendo imprescindível retornar às bases do instituto, que residem nas noções de **sinalagma**, **causa concreta** e **boa-fé objetiva**.

Cada um desses elementos exerce papel diverso em relação à *exceptio non adimpleti contractus*, que se complementam, porém, entre si.

O sinalagma, enquanto liame de interdependência e reciprocidade que se estabelece entre as prestações, constitui o próprio **fundamento** da exceção de contrato não cumprido. É justamente porque as partes obrigaram-se reciprocamente, uma prestação em função da outra, que uma delas não pode exigir o cumprimento da parte adversa sem ter antes cumprido o que lhe compete ou oferecido o cumprimento simultâneo.

Se de um lado é certo que nem todos os deveres derivados de um contrato integram o sinalagma, compondo relação de correspectividade com os deveres da parte contrária, por outro também parece evidente que o sinalagma não abrange apenas as prestações ditas principais do contrato, como se pensava até pouco tempo atrás. Daí porque, embora o sinalagma constitua um conceito “em expansão” no que toca aos deveres que o compõem, é certamente um conceito cujos limites precisam ser muito bem definidos, pois eles

marcam o cabimento ou não dos remédios sinalagmáticos, entre os quais a exceção de contrato não cumprido.

Já a causa concreta, enquanto unidade de finalidades e interesses essenciais das partes, fornece a própria **“medida” do cabimento em concreto** da exceção de contrato não cumprido. Por duas razões, fundamentalmente. Primeiro, porque a invocação deste remédio só se legitima quando o descumprimento alegado pelo excipiente atingir o núcleo funcional do contrato constituído pela causa concreta – vale dizer, quando o descumprimento interferir significativamente na economia do negócio. Segundo, porque, cumulativamente, exige-se proporcionalidade entre os deveres inadimplidos (pelo excepto e pelo excipiente), à luz justamente da relevância de ambos para o atingimento da causa concreta (dito de outra forma, para que a oposição da exceção seja cabível, é preciso que a prestação descumprida pelo excepto ostente relevância semelhante para a promoção da causa concreta do contrato em cotejo com a prestação cuja exigibilidade o excipiente pretende suspender).

O estudo conjugado desses dois elementos (sinalagma e causa concreta) permitirá definir o âmbito de incidência do remédio (se vale apenas para contratos bilaterais perfeitos, ou se também se aplica a bilaterais imperfeitos, plurilaterais, obrigações recíprocas derivadas de sentença judicial; se pode ser invocado apenas para as obrigações principais de um contrato, ou se, ao invés, o descumprimento de deveres acessórios também pode, eventualmente, legitimar a *exceptio*; etc.).

Por fim, à boa-fé objetiva está reservado, sobretudo, um papel de **imposição de limites** (estabelecendo os pontos para além dos quais o emprego do contradireito deixa de ser uma arma legítima de autodefesa para assumir foros de exercício inadmissível de posição jurídica, na forma das várias figuras parcelares já conhecidas [em especial *“suppressio”*, *“surrectio”*, *“Nemo auditur propriam turpitudinem allegans”*, desequilíbrio no exercício jurídico]).

Em suma: o primeiro é o fundamento, o segundo é a medida do cabimento e o terceiro impõe limites.

A relação destes três eixos (sinalagma, causa concreta e boa-fé objetiva) com a exceção de contrato não cumprido é o tema do terceiro capítulo. Se o anterior fez a análise

estrutural do instituto, este é predominantemente **funcional**, constituindo, penso, o núcleo da tese.

Como decorrência das conclusões firmadas no capítulo terceiro, serão definidos, no capítulo quarto, os requisitos do instituto, que já adiantamos serem três, conforme a linha aqui adotada:

- 1) Os deveres de prestar do excipiente e do excepto precisam ser sinalagmáticos ou correspectivos entre si;
- 2) Os deveres de prestar do excipiente e do excepto precisam ser contemporaneamente exigíveis no momento do exercício da exceção;
- 3) O incumprimento do excepto, que não pode ser imputável ao excipiente, deve atingir o núcleo funcional do contrato representado pela causa concreta e guardar relação de proporcionalidade adequada com a prestação que está sendo demandada do excipiente.

f) O capítulo seguinte, o quinto, é destinado ao estudo de outra exceção material dilatória, de requisitos um pouco diferentes. Trata-se da chamada “exceção de insegurança”, regulamentada no art. 477 do Código Civil:

Art. 477. Se, depois de concluído o contrato, sobrevier a uma das partes contratantes diminuição em seu patrimônio capaz de comprometer ou tornar duvidosa a prestação pela qual se obrigou, pode a outra recusar-se à prestação que lhe incumbe, até que aquela satisfaça a que lhe compete ou dê garantia bastante de satisfazê-la.

Exceção de contrato não cumprido e exceção de insegurança são remédios complementares entre si. Ambas servem à proteção do sinalagma funcional, porém sob perspectivas diversas, marcadamente em função de um aspecto temporal: enquanto a primeira atua em situações em que as obrigações são coetaneamente exigíveis, a segunda pressupõe que uma das partes esteja obrigada a prestar primeiro. Onde uma é cabível, a outra não é.

O estudo da exceção de insegurança, isoladamente considerado, poderia ser matéria para uma tese, mercê da riqueza do tema. Todavia, entendeu-se necessário aqui tratar de ambas em conjunto, pois o estudo de uma elucida o da outra, além de, na essência, a exceção de insegurança não ser nada mais, inclusive historicamente, do que um desdobramento da exceção de contrato não cumprido, voltado para circunstâncias excepcionais (diminuição expressiva do patrimônio do excepto) em que, a despeito de as

obrigações não serem simultaneamente exigíveis, justifica-se a aplicação do mesmo mecanismo e raciocínio dilatatório da exceção de contrato não cumprido.

g) O capítulo sexto é destinado a descrever como os países de *common law*, onde não existe a figura da exceção de contrato não cumprido, com esse nome e com a estrutura até aqui descrita, lidam com o problema de uma parte, nos contratos bilaterais, exigir a prestação da parte contrária sem ter cumprido ou disponibilizado o que lhe compete.

Sem compartilhar da evolução histórica narrada no primeiro capítulo, os ingleses apenas muito tardiamente (fins do século XIX) passaram a tutelar a dependência entre as obrigações dos contratos bilaterais. O caminho para tanto não foram, porém, o sinalagma, a causa ou a boa-fé, como nos países de *civil law*, mas o reconhecimento de “condições fictas” ou “condições tácitas” a relacionar o cumprimento de uma obrigação ao cumprimento da outra.

Quando essa forma de autotutela é admitida nos países de *common law* – a ressalva é necessária pois até hoje inexistente uma regra geral nesse sentido –, ela recebe diferentes denominações, todas atreladas à ideia de cumprimento (“*performance*”) da obrigação: “*suspension of performance*”, “*defense of nonperformance*” e “*right to withhold performance*”.

h) O capítulo sétimo tem o objetivo de aplicar a metodologia e as ferramentas da “*Law and Economics*” ao estudo da exceção de contrato não cumprido. Comparam-se, em termos de eficiência, os remédios que costumam ser disponibilizados pelos ordenamentos para as hipóteses de inadimplemento contratual (resolução do contrato cumulada com perdas e danos; execução específica da obrigação e a própria exceção de contrato não cumprido). Ao fim, são apontadas as vantagens da *exceptio* enquanto forma de autotutela: (i) incentivo ao cumprimento do contrato, na forma originalmente pactuada; (ii) preservação do equilíbrio entre as partes, tanto sob o aspecto quantitativo (ou ambas são induzidas a cumprir suas prestações, ou pelo menos assegura-se que uma delas não será obrigada a cumprir a sua sem o recebimento da contrapartida), como sob o aspecto cronológico (evitando que a parte inocente seja obrigada a prestar antes da outra, o que, economicamente, equivale a fornecer-lhe crédito pelo intervalo entre o cumprimento das duas obrigações); (iii) rapidez e baixo custo, notadamente quando em comparação com as ações judiciais de resolução do contrato cumulada com perdas e danos e de execução específica da obrigação.

i) O oitavo e derradeiro capítulo é dedicado ao estudo do exercício da exceção de contrato não cumprido em Juízo.

O instituto, que teve sua gênese no processo formulário romano, não dispensa, para sua adequada compreensão, o estudo de sua interface com o processo civil.

Afinal, salvo quando invocada extrajudicialmente – o que é permitido, na medida em que lícito seu emprego em regime de autotutela – é no processo que essa forma de defesa é exercida.

Enquanto típica exceção material, a exceção de contrato não cumprido apresenta, vale lembrar, a peculiar condição de ser uma posição jurídica ativa, porém de função defensiva. E, enquanto defesa, ainda ostenta um segundo diferencial: não nega, extingue, modifica ou impede o direito ou pretensão contra a qual se volta, mas apenas paralisa temporariamente a eficácia da pretensão do demandante.

Dessa configuração muito particular – meio-caminho entre uma mera objeção de fato e um contra-ataque reconvenicional –, surgem várias questões processuais relevantes: a necessidade ou não de provocação do interessado para o exercício da exceção; a consequência de sua não-arguição em termos de preclusão; o momento e o meio adequados para o exercício; as eventuais posturas reativas à disposição do excepto; o ônus da prova dos fatos alegados como *causae excipiendi*; como lidar com a alegação de que a exceção de contrato não cumprido foi arguida legitimamente em momento anterior ao processo, em âmbito extrajudicial; a relação entre exceção de contrato não cumprido e demanda de resolução; a solução a ser dada pelo órgão jurisdicional (procedência ou improcedência) quando acolhe a exceção de contrato não cumprido; as particularidades do exercício da exceção na fase ou no processo de execução; a distribuição dos ônus da sucumbência; entre outros assuntos.

A exceção de contrato não cumprido consubstancia um dos mais belos exemplos de interação entre direito processual e direito material – uma prova viva da instrumentalidade do processo. Oportunidade ímpar de, à luz de tudo que se estudou sobre este remédio no plano material, tentar conformar o procedimento de um modo que bem possa servir a seu fim maior, de proteção do sinalagma funcional do contrato.

CONCLUSÃO

“A velha técnica ocidental de trabalhar com situações individuais, máxime, com ‘actiones’, no Direito Romano, e com direitos subjetivos, hoje, lida mal com situações estruturalmente recíprocas. Isso explica por que razão, mau grado a expressão latina ‘exceptio non adimpleti contractus’, a figura em estudo só tenha surgido no século XIII, suscitando dúvidas até aos nossos dias.” (António Menezes Cordeiro)¹⁶⁸⁴

I – A fim de não transformar esta conclusão em reprodução estéril e enfadonha de todos os capítulos da tese, decidiu-se restringi-la a quatro assuntos fundamentais para a compreensão do instituto: [i] sua história; [ii] sua natureza de contradireito; [iii] sua construção em torno dos eixos do sinalagma, da causa concreta e da boa-fé objetiva; [iv] seus requisitos.

II – A história da exceção de contrato não cumprido praticamente se confunde com a do próprio contrato.

E nem poderia ser diferente, considerando que, na aplicação desta forma de defesa, interagem alguns dos elementos mais centrais da teoria contratual, como é o caso do sinalagma, da causa e da boa-fé.

Quando o formalismo imperava no Direito Romano arcaico e os contratos eram todos solenes, abstratos e unilaterais, não havia espaço para cogitar de qualquer remédio análogo ao que hoje se entende por exceção de contrato não cumprido. A própria estrutura dos pactos impunha limitações ao estabelecimento de qualquer liame de reciprocidade entre as obrigações.

No período clássico, com o surgimento dos primeiros contratos consensuais, bilaterais e causais, cresceu entre os jurisconsultos romanos a consciência da interdependência das obrigações recíprocas deles derivadas. Em decorrência, admitiu-se, progressivamente, por obra sobretudo dos pretores, que uma das partes, em circunstâncias específicas e pontuais ditadas pela boa-fé (*bona fides*) e pela equidade (*aequitas*), recusasse o cumprimento de sua obrigação ante o inadimplemento da obrigação da

¹⁶⁸⁴ *Tratado de direito civil*, v. IX – *Direito das obrigações: cumprimento e não-cumprimento, transmissão, modificação e extinção*. 3ª Ed., Almedina: Coimbra, 2017, p. 274.

contraparte. Era o embrião do que, séculos depois, receberia o nome de *exceptio non adimpleti contractus*.

Pode-se dizer, porém, que os romanos apenas “pressentiram” esse meio de defesa. Suas soluções nessa matéria sempre foram isoladas, voltadas para determinados contratos típicos (compra e venda, locação e sociedade). Nunca chegaram a desenvolver um raciocínio geral e sistemático, aplicável a todas as relações em que houvesse troca de prestações.

Uma nova ordem, com novos valores, que modificasse na essência o conceito de contrato, precisaria ser erigida para que a ideia de interdependência entre as obrigações pudesse ser captada e tutelada em sua plenitude.

E, aqui, entram os canonistas.

Ao se livrarem definitivamente das amarras da tipicidade estrita e abraçarem o consensualismo, os canonistas “redesenharam” o contrato, sob as bases da “*fides*” (respeito à palavra dada) e da valorização da vontade.

Na esteira desses dois elementos – respeito à palavra dada e valorização da vontade – brotaram a consciência e a tutela da reciprocidade nas relações sinalagmáticas, sob uma perspectiva fundamentalmente ética: aquele que empenhou sua palavra, gerando confiança na parte contrária, deve manter-se fiel ao prometido, sob pena de não poder prevalecer-se de vantagens contratadas em seu favor na mesma oportunidade.

Esta é a essência da fórmula “*Frangenti fidem, non est fides servanda*” (“Para aquele que rompe a fé, a fé não é mais devida”), considerada pelos canonistas “condição tácita” integrante de todos os contratos bilaterais.

Não obstante, foi o trabalho subsequente dos pós-glosadores, de unificação dos poucos fragmentos romanos existentes acerca da matéria e de conciliação desses excertos com os princípios mais evoluídos do Direito Canônico (v.g., boa-fé, respeito à palavra dada, consensualismo), que incorporou definitivamente a *exceptio non adimpleti contractus* ao *ius commune* europeu, tornando-a regra uniformemente aceita em todo o continente.

Por obra dos pós-glosadores, o instituto da exceção de contrato não cumprido foi secularizado, conseguindo transcender os limites de aplicabilidade ínsitos ao Direito

Canônico, que logo se tornaria menos relevante em assuntos de Direito Privado.

A partir do século XVI, observou-se, no entanto, evolução divergente do instituto nos dois principais centros de cultura jurídica da Europa Continental.

Na França, por força da influência da Escola de Cujas (o “*mos gallicus*”), a figura caiu em relativo esquecimento por quase três séculos, permanecendo às sombras da resolução por inadimplemento, a ponto de nem mesmo receber previsão expressa, como princípio geral, na versão original do Código Napoleônico (situação que se repetiria em outros diplomas que o adotaram como modelo, a exemplo dos Códigos Italiano de 1865, Português de 1867 e Espanhol de 1889).

Na Alemanha, em contrapartida, a *exceptio non adimpleti contractus* teve grande penetração, sendo acolhida e disseminada pelos pandectistas. No BGB, como resultado do apuro técnico alcançado nos estudos em torno do tema no decorrer do século XIX, o instituto recebeu tratamento preciso e detalhado. O §320, (1), disciplinou a *exceptio non adimpleti contractus* como forma de autotutela e como exceção material (configuração que predomina até os dias de hoje). O §320, (2), tratou especificamente da *exceptio non rite adimpleti contractus*, já relacionando expressamente sua invocação à observância do princípio da boa-fé objetiva. O §321, por sua vez, inovou ao consagrar a “exceção de insegurança”.

No Direito brasileiro, sem contar as disposições referentes a contratos específicos constantes das Ordenações Filipinas e transpostas para a Consolidação das Leis Civis, a *exceptio* ingressou no sistema com o art. 1.092 do Código Civil de 1916, notoriamente inspirado no art. 1.955 do Esboço de Teixeira de Freitas.

Mesmo representando um avanço no tratamento do tema em termos nacionais – pelo só fato de ter trazido pela primeira vez uma regra geral – o art. 1.092 do Código Civil de 1916 já nasceu em certa medida ultrapassado, por ignorar os avanços dogmáticos alcançados na matéria na segunda metade do século XIX. Afinal, as referências de Teixeira de Freitas para a elaboração do art. 1.955 do Esboço eram bem anteriores: os jusracionalistas Domat e Pothier e os pandectistas alemães do início do século XIX.

III – A **exceção material ou substancial** é figura perdida nas brumas do tempo, praticamente esquecida, mas cujo resgate mostra-se imprescindível para a adequada

compreensão da exceção de contrato não cumprido.

Com altos e baixos, a exceção material transpôs milênios de história, nascendo espontaneamente no processo formulário romano, fruto de uma necessidade concreta de impedir a aplicação rigorosa de direitos abstratamente albergados pelo *ius civile*, para, sobrevivendo à Idade Média, reestruturar-se com o pandectismo, como contraponto ao conceito de pretensão, dentro da categoria dos **contradireitos neutralizantes**.

A exceção de contrato não cumprido, enquanto típica exceção material (e, portanto, enquanto contradireito neutralizante), tem o condão, quando presentes seus pressupostos, de **encobrir** a eficácia da pretensão reclamada, sem negar ou fulminar a existência desta. Como consequência do acolhimento da *exceptio*, o demandado fica autorizado a recusar temporariamente o cumprimento de sua obrigação.

Trata-se de configuração peculiar: uma posição jurídica **ativa**, de função **defensiva**, que visa a bloquear outra posição jurídica **ativa**.

Como decorrência de seu enquadramento na categoria das exceções materiais, a exceção de contrato não cumprido “herdou” algumas características que são próprias desse gênero: [i] pode ser invocada extrajudicialmente, como forma de autotutela, por qualquer meio idôneo; [ii] não pode ser conhecida de ofício pelo magistrado no processo; [iii] deve ser alegada em contestação, sob pena de preclusão; [iv] sua oposição (visto que sempre reativa, nunca preventiva) pressupõe que o excepto ao menos tenha exigido a pretensão, judicial ou extrajudicialmente; [v] deve ser invocada pelo próprio titular do contradireito. Algumas dessas características, entretanto, acabaram relativizadas pelo Direito Processual brasileiro, notadamente no campo da execução de título extrajudicial, onde a prova do cumprimento ou da disponibilização da prestação pelo exequente foi alçada a requisito de procedibilidade, tornando a matéria cognoscível de ofício pelo juiz e não sujeita a efeitos preclusivos.

As exceções materiais podem ser peremptórias ou dilatórias, conforme sua eficácia encobridora seja permanente ou temporária. A exceção de contrato não cumprido é do tipo **dilatória**, na medida em que bloqueia apenas provisoriamente a pretensão de cobrança. Se, após sua invocação, aquele contra quem se opôs a exceção de contrato não cumprido presta satisfatoriamente, cessa a eficácia da exceção, porque o próprio *ius exceptionis* se extingue, ficando exigível, mais uma vez, a prestação do excipiente (a eficácia que antes estava

encoberta, descobre-se).

Outra classificação divide as exceções materiais em dependentes e independentes, conforme se apoiem ou não em outro direito. A exceção de contrato não cumprido qualifica-se como **dependente**, porque o contradireito que encerra é decorrência na verdade de outro direito de titularidade do demandado, qual seja o crédito que ele possui perante o demandante, que poderia inclusive ser cobrado em reconvenção ou ação própria. Se este crédito extingue-se por qualquer razão, extingue-se também o contradireito consubstanciado na exceção de contrato não cumprido.

Por fim, na derradeira divisão das exceções materiais em pessoais (que têm fundamento em fatos ou circunstâncias referentes às pessoas dos contratantes) e comuns (que são objetivas e concernem às próprias obrigações do contrato), a exceção de contrato não cumprido é do tipo **comum**, pois derivada da relação de reciprocidade entre as prestações (sinalagma funcional). Disso decorrem consequências, em matéria de oponibilidade da exceção de contrato não cumprido, nas situações, por exemplo, de transmissão das obrigações e de solidariedade passiva e ativa.

IV – A evolução dogmática da *exceptio* não se encerrou com a introdução de regras gerais nos Códigos Civis, a exemplo do §320 do BGB, do art. 1.460 do Código Civil Italiano e do art. 476 do Código Civil Brasileiro (este último praticamente uma reprodução do art. 1.092, alínea 1^a, do Código Civil de 1916, já atrasado para a época em que foi editado).

A despeito destes textos normativos permanecerem inalterados, o instituto da *exceptio* foi atingido reflexamente – de **fora para dentro**, pode-se dizer – por uma série de transformações recentes da teoria dos contratos, que alteraram profundamente a forma como este remédio é compreendido pela doutrina e aplicado pelos tribunais, a justificar sua reanálise neste momento, apesar de seus séculos de história.

Essa exposição da exceção de contrato não cumprido a *inputs* externos é inevitável, mercê do fato de o instituto estar no vértice de três vetores extremamente dinâmicos da teoria contratual, abertos inclusive a considerações extrajurídicas, quais sejam [i] o do **equilíbrio** entre as obrigações dos contratantes (representado pelo sinalagma), [ii] o das **finalidades e interesses** das partes na contratação (refletido na causa concreta) e, por fim, [iii] o da **probidade, lealdade e empatia** que se espera dos contratantes em todos os

momentos da relação (manifestação da boa-fé objetiva).

De instituto “sisudo”, com um nome em latim que evoca uma origem romana que ele não tem e que transmite uma impressão de perenidade e imutabilidade que ele também não possui, a *exceptio non adimpleti contractus* acabou envolvida, reflexamente, nos debates mais candentes da teoria contratual.

Com efeito, a despeito de o assunto vir tratado quase sempre em uma ou duas páginas nos livros de Direito Contratual, como se constituísse algo auto-evidente, que dispensasse maiores explicações, por trás dessa aparente simplicidade esconde-se um instituto de riqueza dogmática surpreendente, não só pelos influxos recebidos daquelas três frentes, mas também por manter pontos de contato com inúmeros outros temas da parte geral, do direito das obrigações e dos contratos (prescrição; direito de retenção; adimplemento substancial; tipos de exercício inadmissível de posição jurídica; contratos plurilaterais; contratos coligados; contratos de duração; apenas para citar alguns).

O maior risco para aqueles que se aventuram a estudar a exceção de contrato não cumprido reside justamente na possibilidade de perder-se nas inesgotáveis interfaces que o instituto possui com outros temas. Mas desse aspecto também deflui, paradoxalmente, o que de melhor dele se pode extrair: uma visão panorâmica do fenômeno contratual.

Pois bem.

Longe do exemplo livresco do credor que nada cumpriu, nem se oferece a cumprir, mas mesmo assim decide aventurar-se em juízo para cobrar a parte adversa, sendo simultâneos os vencimentos e bilateral o contrato (situação de incidência indubitável da *exceptio*), as lides forenses estão permeadas, ao invés, de exceções arguidas em contextos bem mais “cinzentos”: entre deveres de tipos e pesos diferentes na relação contratual (principais, secundários, acessórios ou de proteção); em situações de incumprimento parcial, nas quais o excipiente recebeu anteriormente, com ou sem ressalvas, a prestação incompleta; entre obrigações de vencimentos diferentes em relações duradouras, tendo uma das partes tolerado, em nome da continuidade da relação, o inadimplemento da outra por algum tempo; e assim por diante.

Mercê da singeleza das regras gerais constantes dos Códigos Civis – o art. 476 do Código Reale é exemplo paradigmático disso –, o aplicador vê-se obrigado, para a solução desses casos “difíceis”, a retornar constantemente às bases do instituto, que residem, como

já apontado, no tripé **sinalagma, causa concreta e boa-fé objetiva**.

Entre eles, o sinalagma é claramente “*primus inter pares*”: a razão de ser do remédio, que dita boa parte das soluções.

A exceção de contrato não cumprido é instituto que traduz uma preocupação sistêmica do Direito Privado em garantir que o processo obrigacional não descuide, no desenrolar de seu percurso em direção ao adimplemento, da necessidade de manter o equilíbrio e a corresponsabilidade que as partes construíram na gênese do contrato. Dito de outra forma, busca garantir o sinalagma funcional, a fim de que não se macule o equilíbrio inicialmente instituído (sinalagma genético).

Duas conclusões principais em torno do sinalagma, aplicadas à exceção de contrato não cumprido, foram trazidas no decorrer do trabalho.

A primeira, de que ele não pode mais ser visto de forma acanhada, como relação de dependência restrita às obrigações principais do contrato. Em seu lugar, deve prevalecer conceito mais alargado de sinalagma, compreendido como nexo funcional entre **polos prestacionais**, agregando cada polo os deveres que, independentemente de sua natureza (principal, secundário, instrumental ou de proteção), assumam relevância significativa para a promoção do resultado útil do contrato. A violação de qualquer dos deveres que integre o sinalagma – mas tão somente deles – poderá ensejar, em tese, a invocação dos remédios sinalagmáticos, entre os quais a *exceptio*. A violação dos demais, que não integrem o conceito mesmo nessa versão expandida, poderá render, quanto muito, perdas e danos ou algum provimento cominatório ou inibitório.

A segunda: a existência ou não de sinalagma define o “corte” que separa as relações em que a exceção é em tese cabível daquelas em que não é. Em que pese o art. 476 do Código Civil mencionar expressamente apenas a categoria do **contrato bilateral**, há outras relações em que o sinalagma também está presente e que clamam pelo mesmo tratamento. É o que pode ocorrer, por exemplo, entre deveres oriundos de contratos diferentes mas coligados, entre deveres de restituição nascidos da resolução, da nulidade ou da anulação de um contrato, entre deveres recíprocos estabelecidos em um acordo judicial, bem como entre deveres de um contrato plurilateral. Daí porque defendemos a aplicação por analogia do art. 476 do Código Civil a essas relações.

No tocante à causa, escolhemos como ponto de partida a teoria das quatro causas de

Aristóteles (a material, a formal, a eficiente e a final), destacando a importância e a utilidade, em matéria contratual, da última. O agir da vontade humana é sempre finalístico, teleológico, dirigindo-se a metas e objetivos, e com o contrato isso não é diferente.

E, dentre as concepções de causa final atualmente mais difundidas (a abstrata e a concreta), fizemos opção pela concreta. Para esta corrente, a causa corresponde ao fim, objetivamente considerado, de cada negócio individualizado, o que vai muito além dos elementos constantes e invariáveis do tipo. Traduz-se na função prática que as partes efetivamente atribuíram ao acordo, pressupondo, assim, a investigação dos interesses concretamente perseguidos.

O principal papel da causa concreta – coadjuvado pelas funções que denominamos “metodológica” e “hermenêutica” – é o de servir como critério de “ajuste fino” do contrato, orientando o intérprete na solução dos problemas que venham a surgir no desenvolvimento da relação contratual (v.g., impossibilidade superveniente, resolução, exceção de contrato não cumprido), a fim de que a solução leve em consideração os interesses concretamente perseguidos pelas partes, os riscos voluntariamente assumidos e as trocas de vantagens globalmente consideradas.

No que concerne à *exceptio* especificamente, a causa concreta fornece a **medida do cabimento em concreto** do remédio, em complemento ao sinalagma. Na esteira da função aludida de servir de critério de sintonia fina, a causa concreta busca assegurar que a aplicação da exceção de contrato não cumprido esteja em linha com os interesses e finalidades essenciais dos contratantes, atuando em duas frentes: [i] impedindo que o remédio seja utilizado por conta de violações não significativas em consideração à realização do programa contratual; [ii] obstando seu emprego em situações de patente desproporcionalidade entre os incumprimentos.

Por fim, se a boa-fé historicamente já foi fundamento do remédio, a ela está reservado, atualmente, papel preponderante de **imposição de limites** (estabelecendo os pontos para além dos quais o emprego do contradireito deixa de ser arma legítima de autodefesa para assumir foros de exercício inadmissível de posição jurídica, na forma das várias figuras parcelares já conhecidas [em especial “*suppressio*”, “*surrectio*”, “*Nemo auditur propriam turpitudinem allegans*”, desequilíbrio no exercício jurídico]).

Como se percebe, os três eixos – sinalagma, causa concreta e boa-fé objetiva – são complementares entre si: o primeiro representa o fundamento, o segundo a medida de cabimento e o terceiro fixa os limites para o exercício admissível do remédio. Apenas quando se analisa a figura sob esses três prismas, conjugadamente, é que se pode ter dela uma visão global e mais acurada em termos de hipóteses de cabimento e uso admissível.

Os requisitos do remédio emergem, nesse contexto, como uma conjugação do resultado colhido desse exame (sinalagma, causa concreta e boa-fé objetiva) com alguns poucos elementos extraídos da redação lacônica do art. 476 do Código Civil:

- 7) Os deveres de prestar do excipiente e do excepto precisam ser sinalagmáticos ou correspectivos entre si;
- 8) Os deveres de prestar do excipiente e do excepto precisam ser contemporaneamente exigíveis no momento do exercício da exceção;
- 9) O incumprimento do excepto, que não pode ser imputável ao excipiente, deve atingir o núcleo funcional do contrato representado pela causa concreta e guardar relação de proporcionalidade adequada com a prestação que está sendo demandada do excipiente.

V – Estes são os elementos fundamentais que se pretendia expor nesta conclusão.

A exceção de contrato não cumprido é um caso de sucesso: mesmo com alguns trancos e solavancos – e por vezes até com alguns reveses (pense-se na sua quase obliteração em território francês entre os séculos XVI e início do XX) – ela sobreviveu e evoluiu significativamente nesses dois milênios de história.

Por suas qualidades intrínsecas (rapidez; baixo custo; incentivo ao cumprimento do contrato na forma pactuada; preservação do equilíbrio entre as partes), e também por traduzir praticamente um consectário do sinalagma, seu lugar no Direito dos contratos está garantido. É daqueles institutos que, traduzindo uma regra quase auto-evidente de justiça comutativa, tendem à uniformidade (nos vários ordenamentos) e à perenidade.

BIBLIOGRAFIA

ABRANTES, José João. *A exceção de não cumprimento do contrato no direito civil português – conceito e fundamento*. Coimbra: Almedina, 1986.

ADDIS, Fabio. *La sospensione dell'esecuzione: dalla vendita com dilazione di pagamento alla Unsicherheitseinrede*. In: Fabio Addis [a cura di]. *Ricerche sull'eccezione di insicurezza*. Milano: Giuffrè, p. 1–23, 2006.

_____. *Inattuazione e risoluzione: I rimedi. Le eccezioni dilatorie*. In: Vincenzo Roppo [diretto da]. *Trattato del contratto – V – Rimedi (2)*. Milano: Giuffrè, 2006, p. 413–92.

AGUIAR JR., Ruy Rosado de. *Comentários ao novo Código Civil, v. VI, t. II: Da extinção do contrato (arts. 472 a 480)*. Sálvio de Figueiredo Teixeira (coord.). Rio de Janeiro: Forense, 2011.

_____. *Extinção dos contratos por incumprimento do devedor*. 2ª Ed., Rio de Janeiro: AIDE Editora, 2004.

ALMEIDA COSTA, Mário Júlio de. *História do direito português*. 5ª Ed., Coimbra: Almedina, 2012.

_____. *Direito das obrigações*. 12ª Ed., Coimbra: Almedina, 2009.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Código filipino ou Ordenações e leis do reino de Portugal: recopiladas por mandado d'el-Rey D. Filipe*, v. 4, t. 3. Edição fac-símile. Brasília: Senado Federal, 2012.

ALPA, Guido. *Contrato e common law*. Padova: CEDAM, 1987.

ALVES, João Luiz. *Código Civil da República dos Estados Unidos do Brasil*. v. II. 2ª Ed., São Paulo: Livraria Acadêmica, 1935.

ALVIM, Agostinho Neves de Arruda. *Da inexecução das obrigações e suas consequências*. 4ª Ed., Saraiva: São Paulo, 1972.

AMARAL, Francisco. *Direito civil – Introdução*. 10ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2018.

AMBROSALI, Matteo. *Le restituzioni nella risoluzione del contratto per inadempimento*. *Rivista di Diritto Privato*. anno XVII. p. 39–90, gennaio/marzo 2012.

AMORIM FILHO, Agnelo. *Ações constitutivas e os direitos potestativos*. *Revista dos*

Tribunais. v. 56. n. 375. p. 11–23, Jan/1967.

_____. *Critério científico para distinguir a prescrição da decadência e para identificar as ações imprescritíveis*. In: Gilmar F. Mendes; Rui Stoco (org.). *Doutrinas essenciais – direito civil – parte geral*. v. V. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 25–61, 2011.

ANTUNES VARELA, João de Matos. *Das obrigações em geral*, v. I, 10ª Ed., Coimbra: Almedina, 2008.

_____. *Das Obrigações em Geral*, v. II. 7ª Ed., Coimbra: Almedina, 2009.

ARAÚJO, Fernando. *Teoria económica do contrato*. Coimbra: Almedina, 2007.

_____. Prefácio. In: João Pedro de Oliveira de Biazzi. *A exceção de contrato não cumprido no direito privado brasileiro*. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2019.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad. António de Castro Caeiro, São Paulo: Atlas, 2009.

_____. *La Metafísica*. Trad. Armando Carlini. Bari: Gius. Laterza & Figli, 1950.

ASCARELLI, Tullio. *O contrato plurilateral*. In: Problemas das sociedades anônimas e direito comparado. 2ª Ed., São Paulo: Saraiva, p. 255–312, 1969.

ASSIS, Araken de. *Comentários ao Código Civil brasileiro*, v. 5, *Do Direito das obrigações (arts. 421 a 578)*. Arruda Alvim e Thereza Alvim (coord.). Rio de Janeiro: Forense, 2007.

ATYIAH, Patrick S. *An introduction to the law of contract*. 5th Ed., Oxford: Clarendon Press, 1995.

AULETTA, Giuseppe Giacomo. *La risoluzione per inadempimento*. Milano: Giuffrè, 1942.

ÁVILA, Humberto. *Suppressio. Limitação de direito por exercício tardio: definição e requisitos de aplicação*. In: Direito, Cultura, Método – Leituras da Obra de Judith Martins-Costa. Mariana Pargendler e outros (org.). Rio de Janeiro: GZ Editora, p. 323–33, 2019.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Comentários ao novo Código Civil*, v. VII: *Das várias espécies de contrato; Da compra e venda; Do compromisso de compra e venda (arts. 481 a 532)*. 2ª Ed., Sálvio de Figueiredo Teixeira (coord.). Rio de Janeiro: Forense, 2012.

_____. *Ausência de mora em compromisso de compra e venda ante a exceptio non adimpleti contractus*, In: Ricardo Dip, Sérgio Jacomino (org.), *Doutrinas Essenciais – Direito Registral*, v. III. 2ª Ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 699–705, 2014.

_____. *Exceptio non adimpleti contractus (direito romano e direito civil)*. In: Rubens

Limongi França (Coord.). *Enciclopédia Saraiva do Direito*, v. 34. São Paulo: Saraiva, 1977.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. *Negócio jurídico e declaração negocial: Noções gerais e formação da declaração negocial*. Tese de Titularidade – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

_____. *Negócio jurídico – Existência, validade e eficácia*. 4ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. *Contrato de seguro de crédito. Ônus da seguradora de provar a má-fé do segurado. Impossibilidade do uso da exceptio non adimpleti contractus em caso de dispensa reiterada do cumprimento da obrigação por parte da seguradora (suppressio). Distinção entre cessão de contrato e cessão de crédito*. In: *Novos Estudos e Pareceres de Direito Privado*. São Paulo: Saraiva, p. 311–28, 2009.

_____. *Natureza jurídica do contrato de consórcio (sinalagma indireto). Onerosidade excessiva em contrato de consórcio. Resolução parcial do contrato*. In: *Novos Estudos e Pareceres de Direito Privado*. São Paulo: Saraiva, p. 345–74, 2009.

_____. *Natureza de seguro dos fundos de garantia. Os atos devidos no quadro dos atos jurídicos em geral. Conflito de interesses entre representante e representado. Negócio jurídico com causa pressuposta. É abusiva a cláusula que desnaturaliza o negócio jurídico*. In: *Estudos e Pareceres de Direito Privado*. São Paulo: Saraiva, p. 92–108, 2004.

_____. *(Parecer) Interpretação do contrato pelo exame da vontade contratual. O comportamento das partes posterior à celebração. Interpretação e efeitos do contrato conforme o princípio da boa-fé objetiva. Impossibilidade de “venire contra factum proprium” e de utilização de dois pesos e duas medidas (“tu quoque”). Efeitos do contrato e sinalagma. A assunção pelos contratantes de riscos específicos e a impossibilidade de fugir do “programa contratual” estabelecido*. In: *Estudos e Pareceres de Direito Privado*. São Paulo: Saraiva, p. 159–72, 2004.

BADAWI, Adam B. *Self-help and the rules of engagement*. *Yale Journal on Regulation*, n. 29, p. 1–43, 2012.

BARBA, Angelo. *Ritenzione (diritto privato)*. *Enciclopedia del diritto*. Volume XL. Milano: Giuffrè, p. 1.373–77, 1989.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Execução sujeita a condição ou a termo no processo civil brasileiro*. In: *Temas de direito processual: sétima série*. São Paulo: Saraiva, 2001.

BARROS MONTEIRO, Washington de. *Augusto Teixeira de Freitas: Conferência proferida na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 07/12/1966*. *Revista da*

Faculdade de Direito – Universidade de São Paulo, v. 62, n. 2, p. 305–18, 1967.

BARROS MONTEIRO, Ralpho Waldo de; BARROS MONTEIRO, Marina Stella de. *A causa dos contratos e a exceptio non adimpleti contractus*, Revista dos Tribunais, v. 958, ano 104, p. 99–118, 2015.

BECK, Anthony. *The doctrine of substantial performance: conditions and conditions precedent*. The Modern Law Review, v. 38, n. 4, p. 413–28, 1975.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Efetividade do processo e técnica processual*. São Paulo: Malheiros, 2006.

BENEDETTI, Alberto Maria. *Il codice civile – Commentario. Le autodifese contrattuali (Art. 1.460-1.462)*. Milano: Giuffrè, 2011.

_____. *La excepción de incumplimiento del (y contra el) contratante débil en el derecho italiano*. Revista de Derecho Privado, n. 20, p. 259–70, 2011.

BERGER, Adolf. *Synallagma*. In: Encyclopedic dictionary of roman law. Clark: The Lawbook Exchange Ltd., 2004.

BERIO, Adolfo. *Eccezione. (Exceptio) inadimpleti contractus*. In: Vittorio Scialoja; Pietro Bonfante (diretto dal). *Dizionario Pratico del Diritto Privato*. v. II. Milano: Francesco Vallardi, 1923.

BESSONE, Darcy. *Do contrato – Teoria geral*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

BESSONE, Mario; ROPPO, Enzo. *La causa nei suoi profili attuali. Materiali per una discussione*. In: Guido Alpa e Mario Bessone [a cura di]. *Causa e consideration*. Padova: CEDAM, 1984, p. 03–13.

BETTI, Emilio. *Causa del negozio giuridico*. In: *Novissimo Digesto Italiano*, v. III, Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1960.

_____. *Autotutela (diritto privato)*. Enciclopedia del Diritto. v. IV. Milano: Giuffrè. 1959, p. 529–37.

BEVILÁQUA, Clóvis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil – Comentado*. v. IV. 10^a Ed., Rio de Janeiro: Editora Paulo de Azevedo Ltda., 1955.

BIANCA, Cesare Massimo. *Diritto civile, t. III: Il contratto*. 2^a Ed., Milano: Giuffrè, 2000.

_____. *Causa concreta del contratto e diritto effettivo*. Rivista di Diritto Civile. anno LX. n. 2. p. 251–71, Marzo-aprile 2014.

BIAZI, João Pedro de Oliveira de. *A exceção de contrato não cumprido no direito privado brasileiro*. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2019.

BLACK'S LAW DICTIONARY. 9th Ed., 2009.

BODIN DE MORAES, Maria Celina. *A causa dos contratos*. Revista Trimestral de Direito Civil, n. 21, p. 95–119, 2005.

_____. *O procedimento de qualificação dos contratos e a dupla configuração do mútuo no direito civil brasileiro*. Revista Forense, v. 309, p. 33–61, jan/mar 1990.

BOLAFFI, Renzo. *Le eccezioni nel diritto sostanziale*. Milano: Società Editrice Libreria, 1936.

BONINI, Paulo Rogério. *Lesão no código civil brasileiro e no direito comparado*. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BOZZO, Sebastián. *La excepción de contrato no cumplido*. Tesis doctoral (Facultad de Derecho – Universitat de València), 2012.

BRUNNER, Murilo Castineira. *Lex Salica*. Revista da Faculdade de Direito – Universidade De São Paulo, v. 111, p. 409–25, 2017.

BUTRUCÉ, Vítor Augusto José. *A exceção de contrato não cumprido no direito civil brasileiro: funções, pressupostos e limites de um “direito a não cumprir”*. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CAHALI, Yussef Said. *Prescrição e decadência*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

CALABRESI, Guido; MELAMED, Douglas. *Property rules, liability rules, and inalienability: One view of the cathedral*. Harvard Law Review, n. 85, p. 1089–1128, 1972.

CALMON DE PASSOS, José Joaquim. *Comentários ao Código de Processo Civil, Lei nº 5.869 de 11 de janeiro de 1973, v. III: arts. 270 a 331*. 7^a Ed., Rio de Janeiro: Forense, 1994.

_____. *Exceção – II*. In: Rubens Limongi França (Coord.). *Enciclopédia Saraiva do Direito*, v. 34. São Paulo: Saraiva, 1977.

CAMILLETTI, Francesco. *Profili del problema dell'equilibrio contrattuale*. Milano: Giuffrè, 2004.

CAMPOS, Ricardo Ribeiro. *Decadência e prescrição no novo código civil – breves reflexões*. In: Doutrinas Essenciais – Direito Civil (Parte Geral), v. V. Gilmar F. Mendes e Rui Stoco (org.). São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 663–70, 2011.

CAMPOS FILHO, Paulo Barbosa de. *O problema da causa no código civil brasileiro*. São Paulo: Max Limonad, 1959.

CANNATA, Carlo Augusto. *Eccezione (diritto romano)*. In: Novissimo Digesto Italiano, v. 6, Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1960.

CANOVAS, Diego Espin. *La excepción de incumplimiento contractual*. Anuario de Derecho Civil, p. 543–81, julio-septiembre 1964.

CANTARELLA, Eva. *Obbligazione [diritto greco]*. In: Novissimo Digesto Italiano, v. 11, Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1968.

CAPITANT, Henri. *De la cause des obligations – Contrats, engagements unilatéraux, legs*. 3^e éd. Paris: Librairie Dalloz, 1927.

CARNELUTTI, Francesco. *Un lapsus evidente?* Rivista di Diritto Processuale. Anno XV. n. 3. p. 446–49, luglio-settembre 1960.

CARVALHO, Everarto Viriato de Miranda. *A imprescritibilidade das exceções e a prescrição quinquenal da fazenda pública*. In: Doutrinas Essenciais – Direito Civil (Parte Geral), v. V. Gilmar F. Mendes e Rui Stoco (org.), São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 217–21, 2011.

CARVALHO SANTOS, João Manuel de. *Código Civil Brasileiro interpretado – principalmente do ponto de vista prático. Direito das obrigações (arts. 1122-1187)*. v. XVI, 9^a Ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1958.

_____. *Código Civil Brasileiro interpretado – principalmente do ponto de vista prático. Direito das obrigações (arts. 1079-1121)*. v. XV, 7^a Ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1956.

CASSIN, René. *De l'exception tirée de l'inexécution dans les rapports synallagmatiques (exceptio non adimpleti contractus) – et de ses relations avec le droit de rétention, la compensation et la résolution*. Paris: Recueil Sirey, 1914.

CASTIGLIA, Giuseppe. *Negozi collegati in funzione di scambio*. Rivista di Diritto Civile. Anno XXV. 1979. Parte Seconda. p. 395–438.

CASTRO, Torquato. *Da causa no contrato*. Recife: Imprensa Universitária, 1966.

CASTRONOVO, Carlo. *Obblighi di protezione*. In: Enciclopedia Giuridica, v. XXI. Roma: Istituto de la Enciclopedia Italiana – Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, p. 1–12, 2007.

CENNI, Daniela. *Superamento dello schermo della personalità giuridica, collegamento contrattuale e dintorni*. Contratto e Impresa. v. III. p. 1063–87, 1998.

CESAR, José A. *Sobre os efeitos dos contratos bilaterais*. Campinas: Typ. da Casa Genoud, 1914.

CHABAS, Cécile. *L'inexécution licite du contrat*. Paris: L.G.D.J., 2002.

CHIOVENDA, Giuseppe. *Sulla "eccezione"*. Rivista di Diritto Processuale Civile. v. IV. Parte I. p. 137–41, 1927.

CICALA, Raffaele. *Il negozio di cessione del contratto*. Napoli: E. Jovene, 1962.

CÍCERO. *Dos deveres*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

CINTRA, Antonio Carlos Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria geral do processo*. 26ª Ed., São Paulo: Malheiros, 2010.

CIRILLO, Gianpiero Paolo. *Negozi collegati ed eccezione di inadempimento*. Giurisprudenza Italiana, I, p. 377–382, 1982.

COASE, Richard H. *The problem of social cost*. Journal of Law and Economics, n. 3, p. 1–44, 1960.

Código Civil Comentado. Cezar Peluso [coord.]. 5ª Ed., Barueri: Manole, 2011.

COELHO RODRIGUES, Antonio. *Projeto do Código Civil Brasileiro*. V. II. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1980.

Comentários ao código civil – Direito privado contemporâneo. Giovanni Ettore Nanni (coord.). São Paulo: Saraiva, 2019.

COMPARATO, Fábio Konder. *Seguro de garantia de obrigações contratuais*. In: Novos ensaios e pareceres de direito empresarial. Rio de Janeiro: Forense, p. 350–69, 1981.

_____. *Crédito direto a consumidor. Objeto e causa do negócio. A questão do aval condicionado*. In: Ensaio e pareceres de direito empresarial. Forense: Rio de Janeiro, p. 392–408, 1978.

CORREIA, Alexandre; SCIASCIA, Gaetano. *Manual de direito romano*, v. I. 2ª Ed., Saraiva: São Paulo, 1953.

COSTA, Sergio. *Eccezione (diritto vigente)*. In: Novissimo Digesto Italiano, v. 6, Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1960.

COUTO E SILVA, Clóvis Veríssimo do. *A obrigação como processo*. Rio de Janeiro : FGV Editora, 2006.

_____. *O direito civil brasileiro em perspectiva histórica e visão de futuro*. Revista de Informação Legislativa, a. 25, n. 97, p. 163–80, jan/mar 1988.

CRUZ, Pablo Moreno. *Los límites a la exceptio inadimplenti contractus: la “buena”, la “mala” y la “fea” excepción de contrato no cumplido*. Revista de Derecho Privado. n. 24, 133–150, jan/jun 2013.

CUNHA, Paulo F. da; AGUIAR E SILVA, Joana; SOARES, António L. *História do direito – Do direito romano à constituição europeia*. Coimbra: Almedina, 2005.

D’ESPINAY, Gustave. *De l’influence du droit canonique sur la législation française*. Toulouse: Typographie de Bonnal et Gibrac, 1856.

DALMARTELLO, Arturo. *Eccezione di Inadempimento*. In: Antonio Azara; Ernesto Eula. Novissimo Digesto Italiano. v. VI. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, p. 354–60, 1960.

DAVID, René. *Cause e consideration*. In: Mélanges offerts à Jacques Maury, t. II, Paris: Dalloz & Sirey, p. 111–37, 1960.

DE DECKER, Joseph. *Droit de rétention*. Bruxelles: Larcier, 1909.

DI NANNI, Carlo. *Collegamento negoziale e funzione complessa*. Rivista del Diritto Commerciale e del Diritto Generale delle Obbligazioni. Fascicolo 9-10, p. 279–343, 1977.

DI SABATO, Franco. *Unità e pluralità di negozi – Contributo alla dottrina del collegamento negoziale*. Rivista di Diritto Civile. Anno V. Parte Prima. p. 412–38, 1959.

DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil: Introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento*. 17ª Ed., Salvador: JusPodivm, 2015.

_____. *Notas sobre a aplicação da teoria do adimplemento substancial no direito processual civil brasileiro*. Revista Eletrônica de Direito Processual, vol. IV., jul./dez. 2009, p. 59. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/21607/15634>>. Acesso em: 03/07/2018.

_____. *Contradireitos, objeto litigioso do processo e improcedência*. Revista de Processo. vol. 223, p. 87–100, set/2013.

DÍEZ-PICAZO, Luis. *Fundamentos del derecho civil patrimonial*. v. II. 6ª Ed., Navarra: Civitas, 2008.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*, v. II. 7ª Ed., Malheiros: São Paulo, 2017.

_____. *Instituições de direito processual civil*: v. III. 7ª Ed., São Paulo: Malheiros, 2017.

_____. *Instituições de direito processual civil*: v. IV. 3ª Ed., São Paulo: Malheiros, 2009

DOMAT, Jean. *Lois civiles*. In: *Ouvres complètes de J. Domat*. Paris: Firmin Didot Père et Fils, 1828.

DOZHDEV, Dmitry. *Reconstructing the jurist's reasoning: 'bona fides' and 'synallagma' in Labeo (D. 19, 1, 50)*. JUS, 1, p. 27–45, 2015.

DROSS, William. *L'exception d'inexécution: essai de généralisation*. Revue trimestrielle de droit civil. n. 1. p. 1–27, jan–mar/2014.

ENNECCERUS, Ludwig; KIPP, Theodor; WOLFF, Martin. *Tratado de derecho civil. Segundo tomo. Derecho de obligaciones. Volumen primero*. Trad.: Blas Pérez González y José Alguer. Barcelona: Bosch, 1954.

ESBORRAZ, David Fabio. *La noción de contrato entre "synallagma" y 'conventio' en la tradición romanista y sus proyecciones en el sistema jurídico latino-americano*. In: Roma e America. Diritto Romano Comune. Roma: Mucchi Editore, p. 237–83, 2008.

ESMEIN, Adhémar. *Le serment promissoire dans le droit canonique*. Nouvelle Revue Historique de Droit Français et Étranger. v. 12, p. 248–77, 1888.

FARNSWORTH, Allan. *Legal remedies for breach of contract*. Columbia Law Review, v. 70, nº 7, p. 1145–1216, 1970.

_____. *The problems of nonperformance in contract*. New England Law Review, v. 17, p. 249–317, 1982.

FELÍCIO DOS SANTOS, Joaquim. *Projecto do Código da República dos Estados Unidos do Brazil*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

FERRANDO, Gilda. *I contratti collegati: principi della tradizione e tendenze innovative*. Contratto e impresa, v. 16, n. 1, p. 127–41, 2000.

_____. *Credito al consumo: operazione economica unitaria e pluralità di contratti*. Rivista del Diritto Commerciale e del Diritto Generale delle Obbligazioni, n. 9–10, p. 591–

648, 1991.

FERRAZ, Olimpio. *Exceção de contrato não cumprido*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1957.

FERRAZ DE CAMARGO, Caio Pacca. *A análise econômica do direito e o contrato*. In: Marcelo Benacchio; Ronnie Herbert Barros Soares (Coord.), *Temas Atuais sobre a Teoria Geral dos Contratos*, Curitiba: CRV, p. 243–85, 2014.

FERREIRA, William Santos. *Exceção de contrato não cumprido, defesas de mérito direta e indireta, reconvenção e os princípios da concentração e eventualidade: compatibilizações materiais e processuais*. In: Araken de Assis et Al. (Coord.). *Direito civil e processo: estudos em homenagem ao Professor Arruda Alvim*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

FERREIRA, Luiz Pinto. *Exceção – I*. In: Rubens Limongi França (Coord.). *Enciclopédia Saraiva do Direito*, v. 34. São Paulo: Saraiva, 1977.

FERREIRA DA SILVA, Jorge Cesa. *A boa-fé e a violação positiva do contrato*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

FERREIRA DA SILVA, Luís Renato. *Reciprocidade e contrato. A teoria da causa e sua aplicação nos contratos e nas relações “paracontratuais”*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

FONSECA, Ana Taveira da. *Da recusa de cumprimento da obrigação para a tutela do direito de crédito: em especial na exceção de não cumprimento, no direito de retenção e na compensação*. Coimbra: Almedina, 2015.

FONSECA, Arnaldo Medeiros da. *Direito de retenção*. 3^a Ed., Rio de Janeiro: Forense, 1957.

FORGIONI, Paula A. *Análise econômica do Direito: Paranóia ou mistificação?* Revista do Tribunal Regional Federal da 3^a Região, n. 77, p. 35–61, 2006.

FRÍAS, Ana López. *Los contratos conexos – Estudio de supuestos concretos y ensayo de una construcción doctrinal*. Barcelona: Jose Maria Bosch, 1994.

FRIEDMANN, Daniel. *The efficient breach fallacy*. The Journal of Legal Studies, v. 18, n. 1, p. 1–24, 1989.

GABRIELLI, Enrico. *Il contratto e i rimedi: la sospensione dell'esecuzione*. Jus Civile, p. 18–38, 2014.

GAGLIARDI, Rafael Villar. *Exceção de contrato não cumprido*. São Paulo: Saraiva, 2010.

GALGANO, Francesco. *Il contratto*. Seconda edizione. Milano: CEDAM, 2011.

GALLO, Paolo. *Trattato del contratto – I rimedi, la fiducia, l'apparenza*. Tomo Terzo. Torino: UTET, 2010.

GAROFALO, Andrea Maria. *La causa: una “storia di successo”?* (A proposito delle opere de Vincenzo Roppo sulla causa del contratto). Jus civile. 2. p. 163–225, 2018.

GASTALDI, José María; CENTANARO, Esteban. *Excepción de incumplimiento contractual*. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1995.

GATTI, Serafino. *L'adeguatezza fra le prestazioni nei contratti con prestazioni corrispettive*. Rivista del Diritto Commerciale e del Diritto Generale delle Obbligazioni. v. LXI, fascículo 11-12, p. 424–63, 1963.

GERGEN, Mark P., *A theory of self-help remedies in contract*. Boston University Law Review, v. 89, p. 1397–1449, 2009.

GERI, Lina Bigliazzi. *Eccezione di inadempimento*. In: Digesto delle Discipline Privatistiche – Sezione Civile. v. II. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1998, p. 331-50.

GHESTIN, Jacques. *L'exception d'inexécution: rapport français*. In: Marcel Fontaine; Geneviève Viney (Dir.). Les sanctions de l'inexécution des obligations contractuelles: études de droit comparé. Bruxelles: Bruylant, v. 1, p. 3–55, 2001.

_____. *Traité de droit civil: les obligations: les effets du contrat*. Paris: LGDJ, 1992.

GIFFARD, André E. V.; VILLERS, Robert. *Droit romain et ancien droit français (obligations)*. 4^e éd. Paris: Dalloz, 1976.

GILISSEN, John. *Introdução histórica ao direito*. 5^a Ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GILLI, Patrick. *Humanisme juridique et science du droit au XV siècle*. Revue de Synthèse, v. 130 (4), p. 571–93, 2009.

GIORGIANI, Michele. *Negozi giuridici collegati*. Roma: Società Editrice del Foro Italiano, 1937.

_____. *La causa tra tradizione e innovazione*. In: Guido Alpa e Mario Bessone (a cura di). Causa e consideration. Padova: CEDAM, p. 15–23, 1984.

GLANZ, Aída. *A prescrição e a decadência no direito brasileiro*. In: Doutrinas Essenciais –

Direito Civil (Parte Geral), v. V. Gilmar F. Mendes e Rui Stoco (org.), São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 63–74, 2011.

GODOY, Claudio Luiz Bueno de. *Função social do contrato*. 4ª Ed., Saraiva: São Paulo, 2012.

GOGLIANO, Daisy. *A exceção civil como instrumento de tutela na resolução dos contratos sinalagmáticos*. Tese de Titularidade – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GOLECKI, Mariusz Jerzy. *Synallagma and freedom of contract – The concept of reciprocity and fairness in contracts from the historical and law and economics perspective*. German Working Papers in Law and Economics, p. 1–29, 2003.

GOMES, Orlando. *Contratos*, 27ª Ed., Rio de Janeiro: Forense, 2019.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Boa-fé objetiva nos contratos*. In: Luís Felipe Salomão e Flávio Tartuce (coord.). *Direito Civil – Diálogos entre a doutrina e a jurisprudência*. São Paulo: Atlas, p. 177–82, 2018.

GRASSO, Biagio. *Eccezione d'inadempimento e risoluzione del contratto – Profili generali*. Napoli: Jovene, 1973.

_____. *Saggi sull'eccezione d'inadempimento e la risoluzione del contratto*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2000.

GRAU, Eros Roberto. *Nota sobre a distinção entre obrigação, dever e ônus*. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/66950/69560>>. Acesso em 13/07/2018.

GRECO, Paolo. *La clausola “solve et repete”: ragioni e limiti della sua efficacia*. Rivista del Diritto Commerciale e del Diritto Generale delle Obbligazioni. V. XXIX, parte seconda, 1931, p. 142–65.

GROSSI, Paolo. *A ordem jurídica medieval*. Trad. Denise Rossato Agostinetti. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

GROTIUS, Hugo. *The rights of war and peace*. Indianapolis: Liberty Fund, 2005.

HAICAL, Gustavo Luís da Cruz. *O inadimplemento pelo descumprimento exclusivo de dever lateral advindo da boa-fé objetiva*. Revista dos Tribunais, ano 99, v. 900, p. 45–84, outubro/2010.

HEERMANN, Peter W. *The status of multilateral synallagmas in the law of connected*

contracts. In: Mark Amstutz; Gunther Teubner (org.). *Networks – Legal Issues of Multilateral Co-operation*. Portland: Hart Publishing, p. 103-18, 2009.

HESPANHA, Antonio Manuel Botelho. *Cultura jurídica europeia – Síntese de um milênio*. Coimbra: Almedina, 2012.

HIERRO, José Manuel Fernández. *La exceptio non adimpleti contractus*. Revista de la Universidad de Deusto. v. 43, p. 71–89, julio-diciembre 1995.

HIRONAKA, Giselda M. F. Novaes. *O sinalagma contratual – A chamada causa dos contratos: relações contratuais de fato*. Revista de Direito do Consumidor, v. 93, p. 209–29, 2014.

HOLMES Jr., Oliver Wendell. *The Path of the Law*, Harvard Law Review, n. 110, p. 991–1009, 1997.

IMBETT, Carlos Alberto Chinchilla. *La excepción de incumplimiento contractual en la reforma del Código Civil francés: un análisis a partir de los límites a la excepción*. Civilistica.com. a.6. n.1. p. 1–25, 2017.

ITURRASPE, Jorge Mosset. *Justicia Contractual*. Buenos Aires: Ediar, 1977.

JUKIER, Rosalie. *Where law and pedagogy meet in the transsystemic contracts classroom*. McGill Law Journal, v. 50, p. 789–808, 2005.

KARTON, Joshua D. H. *Recognizing a contractual right to suspend performance*. Queen's University Legal Research Paper, nº 2015-018, p. 1–26, 2015.

_____. *Contract law in international commercial arbitration: The case of suspension of performance*. International and Comparative Law Quarterly, v. 58, nº 4, p. 863–97, 2009.

KHAYAT, Gabriel Fernandes. *A teoria da causa*. Revista Brasileira de Direito Comercial. nº 24. p. 67–86, Ago-Set/2018.

KHOURI, Paulo R. Roque A. *A exceção do contrato não cumprido e a sua relação com a garantia das obrigações no Direito Brasileiro*. Revista da AJURIS, v. 31, n. 94, p. 293–317, 2004.

KISHTAINY, Niall et al; *O livro da economia*. Trad.: Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Globo, 2013.

KONDER, Carlos Nelson. *Contratos conexos: Grupos de contratos, redes contratuais e contratos coligados*. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

LARENZ, Karl. *Derecho de obligaciones*. Trad.: Jaime Santos Briz. Tomo I. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1959.

_____. *Metodologia da ciência do direito*. Tradução de José de Souza e Brito e José Antonio Veloso. 2ª Ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1978.

LARROZA, Ricardo Osvaldo. *Sinalagma genético y funcional*, In: Rubén S. Stiglitz; Gabriel A. Stiglitz (org.), *Contratos – Teoría General*, v. I, Buenos Aires: Depalma, p. 544–45, 1994.

LEME, Lino de Moraes. *A causa nos contratos*. Revista da Faculdade de Direito – Universidade de São Paulo, n. 52, p. 72–79, 1957.

LENER, Giorgio. *Profili del collegamento negoziale*. Milano: Giuffrè, 1999.

LESSONA, Carlo. *Legittimità della massima “inadimplenti non adimplendum”*. Rivista del Diritto Commerciale e del Diritto Generale delle Obbligazioni. v. XVI, parte prima. p. 383–90, 1918.

LEWINSOHN-ZAMIR, Daphna. *Do the right thing: Indirect remedies in private law*. Boston University Law Review, v. 94, p. 55–103, 2014.

LEYTE, Guillaume. *Le mos gallicus: un éclat éphémère? Revue d’histoire des facultés de droit et de la culture juridique, du monde des juristes et du livre juridique*, p. 263–276, 2008.

LIEBMAN, Enrico Tullio. *Exceção e reconvenção. Arguição de nulidade de contrato*. Revista Forense. v. 120, p. 383–84, 1948.

_____. *Intorno ai rapporti tra azione ed eccezione*. Rivista di Diritto Processuale. Anno XV. n. 3. p. 449–52, luglio-settembre 1960.

LOBO, Jorge. *As “dez regras de ouro” dos títulos cambiais*. Revista da EMERJ, v. 3, n. 9, p. 52–63, 2000.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. *Comentários ao Código Civil – v. 6: Das várias espécies de contratos (arts. 481 a 564)*. Antônio Junqueira de Azevedo (Coord.). Saraiva: São Paulo, 2003.

LORENZEN, Ernest G. *Causa and consideration in the law of contractus*. Yale Law Journal, v. 28, n. 7, p. 621–46, may/1919.

LORENZETTI, Ricardo Luis. *Tratado de los contratos: parte general. T. 1*. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni. 2004.

LOTUFO, Renan. *Código Civil comentado*, v. III, t. I: *Contratos em geral até doação (arts. 421 a 564)*. São Paulo: Saraiva, 2016.

LUZZATTO, Giuseppe Ignazio. *Eccezione (diritto romano)*. In: *Enciclopedia del diritto*. v. XIV. Milano: Giuffrè, p. 134–39, 1965.

MALBERG, Raymond Carré de. *Histoire de l'exception en droit romain et dans l'ancienne procédure française*. Paris : Librairie Nouvelle de Droit et de Jurisprudence, 1887.

MALECKI, Catherine. *L'exception d'inexécution*. Paris: LGDJ, 1999.

MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo. *Interpretação do negócio jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. *Contratos coligados no direito brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARKESINIS, Basil S. *La notion de considération dans la common law: vieux problèmes; nouvelles théories*. *Revue internationale de droit comparé*. v. 35. n°4, p. 735–66, Octobre-décembre 1983.

MARKY, Thomas. *Curso elementar de direito romano*. 8ª Ed., São Paulo: Saraiva, 1995.

MARQUES, Cláudia Lima. *Cem anos do código civil alemão: o BGB de 1896 e o código civil brasileiro de 1916*. In: *Doutrinas essenciais de Direito Civil – parte geral*. V. II. Gilmar Ferreira Mendes; Rui Stoco (org.). São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 897–930, 2011.

MARTINEZ, Pedro Romano. *Cumprimento defeituoso: em especial na compra e venda e na empreitada*. Coimbra: Almedina, 2015.

MARTINS, Fran. *Títulos de crédito – v. I – Letra de câmbio e nota promissória segundo a Lei Uniforme*. 13ª Ed., Rio de Janeiro: Forense, 2000.

MARTINS-COSTA, Judith. *A boa-fé no direito privado – Critérios para a sua aplicação*. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

_____. *Oferta pública para a aquisição de ações (OPA) – Teoria da confiança – Deveres de proteção violados – A disciplina informativa e o mercado de capitais – Responsabilidade pela confiança – Abuso de poder de controle* (parecer). *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*. v. 140. ano XLIV. p. 229–70, Out/dez 2005.

_____. *Comentários ao novo Código Civil*, v. V, t. II: *Do inadimplemento das obrigações (arts. 389 a 420)*. Sálvio de Figueiredo Teixeira (coord.). Rio de Janeiro: Forense, 2009.

MASSAÚ, Guilherme Camargo. *Ius Commune – Direito Comum*. Revista JURIS, v. 12, p. 95–108, 2006/2007.

MASSNATA, Héctor. *Excepción de incumplimiento contractual*. Buenos Aires: Abeledo Perrot, 1967.

MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 19^a Ed., Rio de Janeiro: Forense, 2008.

MEDINA, José Miguel Garcia; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Processo civil moderno*, v. 1: *parte geral e processo de conhecimento*. 4^a Ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MELO, Marco Aurélio Bezerra de. *Direito dos contratos – tomo I – Teoria geral dos contratos*. São Paulo: Atlas, 2015.

MELLO, Marcos Bernardes de. *Teoria do fato jurídico – plano da eficácia*. 11^a Ed., São Paulo: Saraiva, 2019.

_____. *Teoria do fato jurídico – plano existência*. 18^a Ed., São Paulo: Saraiva, 2012.

MENDONÇA, Diogo N. *Análise econômica da responsabilidade civil – O dano e sua quantificação*. São Paulo: Atlas, 2012.

MENEZES CORDEIRO, António. *Da boa-fé no direito civil*. Coimbra: Almedina, 2007.

_____. *Tratado de direito civil*, v. IX – *Direito das obrigações: cumprimento e não-cumprimento, transmissão, modificação e extinção*. 3^a Ed., Coimbra: Almedina, 2017.

_____. *Tratado de direito civil*, v. II – *Parte geral: Negócio jurídico (formação; conteúdo e interpretação; vícios da vontade; ineficácia e invalidades)*. 4^a Ed., Coimbra: Almedina, 2018.

_____. *Tratado de direito civil*, v. I – *Introdução. Fontes do direito. Interpretação da lei. Aplicação das leis no tempo. Doutrina geral*. 4^a Ed., Coimbra: Almedina, 2012.

_____. *Violação positiva do contrato. Cumprimento imperfeito e garantia de bom funcionamento da coisa vendida; Âmbito da exceção do contrato não cumprido*. Revista da Ordem dos Advogados, ano 41, v. III, p. 123–152, set/dez 1981.

MESQUITA, Luís Miguel de Andrade. *Reconvenção e exceção no processo civil*. Coimbra: Almedina, 2009.

MESSINEO, Francesco. *Dottrina generale del contratto: artt. 1321-1469*. Milano: Giuffrè, 1946.

_____. *Contratto Collegato*. In: Enciclopedia del diritto. v. X. Milano: Giuffrè, p. 48–54, 1962.

MIRANDA, Custodio da Piedade Ubaldino. *Comentários ao Código Civil – v. 5: Dos contratos em geral (arts. 421 a 480)*. Antônio Junqueira de Azevedo (Coord.). Saraiva: São Paulo, 2013.

MITCHELL, Gregory. *Why law and economics' perfect rationality should not be traded for behavioral law and economics' equal incompetence*. Georgetown Law Journal, n. 91, p. 68–167, 2002.

MONTEIRO, André Luís Quintas. *O regime das exceções no direito processual civil brasileiro: de mérito e processual, direta e indireta, dilatória e peremptória, exceção e objeção*. Revista de Processo, v. 216, p. 36–55, 2013.

MOREIRA ALVES, José Carlos. *Direito Romano*, v. I. 12^a Ed., Rio de Janeiro: Forense, 1999.

_____. *Direito Romano*, v. II. 6^a Ed., Rio de Janeiro: Forense, 2000.

_____. *Panorama do direito civil brasileiro: das origens aos dias atuais*. Revista da Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo, v. 88, p. 185–238, jan/1993.

_____. *A parte geral do projeto de código civil brasileiro: com análise do texto aprovado pela Câmara dos Deputados*. São Paulo: Saraiva, 1986.

MORENO, María Cruz. *La “exceptio non adimpleti contractus”*. Tirant lo Blanch, 2004.

MORSELLO, Marco Fábio. *Análise categorial dos contratos existenciais e de lucro*. In: Estudos em Homenagem a Clóvis Beviláqua por ocasião do Centenário do Direito Civil Codificado no Brasil. v. II. São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, p. 527–46, 2018.

NANNI, Giovanni Ettore. *Contratos coligados*. In: Renan Lotufo; Giovanni Ettore Nanni (Coord.). Teoria Geral dos Contratos. São Paulo: Atlas, p. 224–294, 2011.

NERY Júnior, Nelson; NERY, Rosa Maria Barreto Borriello de Andrade. *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de direito processual civil*. 8^a Ed., Salvador: JusPodivm, 2016.

NEVES, Julio Gonzaga Andrade. *A ‘suppressio’ (Verwirkung) no direito civil*. São Paulo: Almedina, 2016.

NONATO, Orosimbo. *Inaplicabilidade da 'exceptio non adimpleti contractus' ante a sucessividade das obrigações contratuais. Reajustamento de preços em contrato de empreitada*. Revista dos Tribunais, ano 50, v. 313, p. 39–51, nov/1961.

NUSDEO, Fábio. *Curso de economia - Introdução ao direito econômico*. 2ª Ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. *Aspectos processuais da exceção de contrato não cumprido*. Salvador: JusPodivm, 2012.

_____. *Delimitação conceitual de exceção substancial e distinção entre exceções e objeções substanciais*. Revista de Processo. v. 193, p. 27–51, mar. 2011.

_____. *O exercício da exceção de contrato não cumprido e a prescrição*. In: Fredie Didier Jr. et Al. Pontes de Miranda e o Direito Processual. Salvador: JusPodivm, p. 955–66, 2013.

ORLANDO, Marie-Astrid. *L'exception d'inexécution – L'envers du décor. Approche théorique et jurisprudentielle*. Saarbrücken: Éditions Universitaires Européennes, 2012.

OURLIAC, Paul; MALAFOSSE, Jehan de. *Histoire du droit privé, v. I - Les obligations*. 2º éd. Paris: Presses Universitaires de France, 1969.

PARGENDLER, Mariana. *O direito contratual comparado em nova perspectiva: revisitando as diferenças entre os sistemas romano-germânico e de common law*. Revista Direito GV. v. 13, n.3, p. 796–826, set-dez 2017.

PARISI, Francesco; LUPPI, Barbara; FON, Vincy. *Optimal remedies for bilateral contracts*. The Journal of Legal Studies, v. 40, nº 1, p. 245–71, 2011.

PASSOS, Edilenice. LIMA, João Alberto de Oliveira. *Memória legislativa do código civil. Tramitação na Câmara dos Deputados: Primeiro Turno, v. 2*. Brasília: Senado Federal, 2012.

PATTERSON, Edwin W. *Constructive conditions in contracts*. Columbia Law Review, v. 42, n. 6, p. 903–54, 1942.

PENTEADO, Luciano de Camargo. *Causa concreta, qualificação contratual, modelo jurídico e regime normativo: notas sobre uma relação de homologia a partir de julgados brasileiros*. Revista de Direito Privado. v. 20. p. 235–65, out-dez 2004.

_____. *Efeitos contratuais perante terceiros*. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

_____. *Doação com encargo e causa contratual. Uma nova teoria do contrato*. 2ª Ed.,

São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

_____. *Direito das coisas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 134.

_____. *Figuras parcelares da boa-fé objetiva e “venire contra factum proprium”*. Revista de Direito Privado. v. 27. p. 252–78, jul-set 2006.

_____. *Redes contratuais e contratos coligados*. In: Giselda M. F. N. Hironaka; Flávia Tartuce (Coord.). *Direito Contratual: Temas Atuais*. Método: São Paulo, p. 463–92, 2007.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Exceptio non adimpleti contractus*. In: Rubens Limongi França (Coord.). *Enciclopédia Saraiva do Direito*, v. 34. São Paulo: Saraiva, 1977.

_____. *Contratos coligados. Inadimplemento parcial. Resolução do contrato. Inaplicabilidade da exceção de contrato não cumprido*. In: *Obrigações e Contratos – Pareceres*. Rio de Janeiro: Forense, p. 195–213, 2010.

_____. *Interpretação contratual. Cláusula resolutiva expressa. Exceção de contrato não cumprido. Danos emergentes, lucros cessantes*. In: *Obrigações e Contratos – Pareceres*. Rio de Janeiro: Forense, p. 231–41, 2010.

_____. *Interpretação contratual. Exceção de contrato não cumprido. O acessório segue o principal*. In: *Obrigações e Contratos – Pareceres*. Rio de Janeiro: Forense, p. 221–29, 2010.

_____. *Instituições de direito civil – v. I – Introdução ao direito civil. Teoria geral do direito civil*. 19ª Ed., Rio de Janeiro: Forense, 2000.

_____. *Instituições de direito civil – v. II – Teoria geral das obrigações*. 28ª Ed., Rio de Janeiro: Forense, 2016

PEREIRA, Maria de Lurdes; MÚRIAS, Pedro. *Sobre o conceito e a extensão do sinalagma*. In: *Estudos em Honra do Professor Doutor José de Oliveira Ascensão*, v. I, Coimbra, p. 379–430, 2008.

PEREIRA, Paulo Sérgio Velten. *A exceção do contrato não cumprido fundada na violação de dever lateral*. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

PEREIRA, Vítor Pimentel. *A fórmula “tu quoque”: origem, conceito, fundamentos e alcance na doutrina e jurisprudência*. Revista Quaestio Iuris. v. 05. n. 1, p. 360–402, 2012.

PEREIRA COELHO, Francisco Manuel de Brito. *Coligação negocial e operações negociais complexas: tendências fundamentais da doutrina e necessidade de uma reconstrução*

unitária. Boletim da Faculdade de Direito. Universidade de Coimbra. 2003. p. 233–68.

PEREZ, Mariano Alonso. *Sobre la esencia del contrato bilateral*. Universidad de Salamanca, 1967.

PERLINGIERI, Pietro. *Codice Civile annotato con la dottrina e la giurisprudenza. Libro quarto – Delle obbligazioni*. Tomo I. 2^a Ed., Bologna: Zanichelli Editore, 1991.

_____. *Il fenomeno dell'estinzione nelle obbligazioni*. Napoli: E.S.I., 1980.

PERSICO, Giovanni. *L'eccezione d'inadempimento*. Milano: Giuffrè, 1955.

PILLEBOUT, Jean-François. *Recherches sur l'exception d'inexécution*. Paris: LGDJ, 1971.

PINO, Augusto. *Il contratto con prestazioni corrispettive – Bilateralità, onerosità e corrispettività nella teoria del contratto*. Padova : CEDAM, 1963.

PINTO E SILVA, Otávio. *O direito romano e as origens do trabalho autônomo*, Revista da Faculdade de Direito – Universidade de São Paulo, v. 99, p. 349–54, 2004.

PISCIOTTA, Giuseppina. *La risoluzione per inadempimento*. Milano: Giuffrè Editore, 2000.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado*, tomo XXVI, Campinas: Bookseller, 2003.

_____. *Tratado de direito privado*, tomo XXXIX, Campinas: Bookseller, 2005.

_____. *Tratado de direito privado*, tomo XXIII, Campinas: Bookseller, 2003.

_____. *Tratado de direito privado*, tomo VI. Campinas: Bookseller, 2000.

_____. *Tratado de direito privado*, tomo V. Campinas: Bookseller, 2000.

_____. *Tratado de direito privado*, tomo III. Campinas: Bookseller, 2000.

_____. *Fontes e evolução do direito civil brasileiro*. 2^a Ed., Rio de Janeiro: Forense, 1981.

POSNER, Eric A. *Economic analysis of contract law after three decades: Success or failure?* The Yale Law Journal, v. 112, n° 4, p. 829–80, 2003.

POSNER, Richard A. *The economics of justice*. Cambridge: Harvard University Press, 1981.

_____; ROSENFELD, Andrew M. *Impossibility and related doctrines in contract law: An*

economic analysis. The Journal of Legal Studies, v. 6, nº 1, p. 83–118, 1977.

POTHIER. *Oeuvres de Pothier, annotées et mises en corrélation avec le Code Civil et la législation actuelle par M. Bugnet*. Tome Cinquième. Deuxième Édition. Paris: Cosse et Marchal, 1861.

_____. *Tratado de las obligaciones*. Buenos Aires: Atalaya, 1947.

POUSADA, Estevão Lo Ré. *A recepção do direito romano nas universidades: glosadores e comentadores*. Revista da Faculdade de Direito – Universidade de São Paulo, v. 106/107, p. 109–17, 2011/2012.

_____. *A obra de Augusto Teixeira de Freitas e a conformação de um direito civil tipicamente brasileiro: sua genialidade compreendida como conciliação entre inovação sistemática e acuidade histórica*. Revista da Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo, v. 102, p. 89–98, jan/dez 2007.

POVEDA VELASCO, Ignacio Maria. *Ordenações do Reino de Portugal*. Revista da Faculdade de Direito da USP, v. 89, p. 11–67, 1994.

PUGLIATTI, Salvatore. *Precisazioni in tema di causa del negozio giuridico*. Nuova rivista di diritto commerciale, diritto dell'economia, diritto sociale. v. I. p. 13–21, 1947.

RACHLINSKI, Jeffrey J. *Heuristics and biases in the courts: Ignorance or adaptation?* Oregon Law Review, n. 79, p. 61–102, 2000.

RAPAZZO, Antonio. *I contratti collegati*. Milano: Giuffrè. 1998.

REALE, Miguel. *A boa-fé na execução dos contratos – A juntada de material e documentos por linha na tradição do direito pátrio. Sua licitude. Delimitação do ius iudicandi nos embargos infringentes. Requisito essencial da boa-fé para a exceptio non adimpleti contractus. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Necessidade de examinar-se a exceptio mediante cuidadoso balanceamento dos valores e fins visados pelo contrato. Contradição entre a arguição de vício total do bem de cuja exploração o excipiente aufere lucros. Limites do direito de retenção e sua inaplicabilidade na espécie*. In: *Questões de Direito Privado*. São Paulo: Saraiva, 1997, p. 21–32.

REALMONTE, Francesco. *Importanza dell'inadempimento e "exceptio inadimpleti contractus"*. Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile. Anno XVII, p. 222–39, 1963.

_____. *Eccezione di inadempimento*. In: *Enciclopedia del diritto*. v. XIV. Milano: Giuffrè, 1965, p. 222–40.

REZZONICO, Juan Carlos. *Principios fundamentales de los contratos*. Buenos Aires: Editorial Astrea de Alfredo e Ricardo Depalma, 1999.

RIBEIRO, Renato Ventura. *Direito de retenção no contrato de empreitada*. In: Doutrinas Essenciais – Obrigações e Contratos. v. VI. Gustavo Tepedino e Luiz E. Fachin (org.). São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 269–84, 2011.

RIPERT, Georges. *A regra moral nas obrigações civis*. Trad.: Osório de Oliveira. 2ª Ed., Campinas: Bookseller, 2002.

ROBINSON, O. F., *The Sources of Roman Law – problems and methods for ancient historians*. London: Routledge, 1997.

RODRIGUES, Vasco. *Análise económica do direito - Uma introdução*. Coimbra: Almedina, 2007.

RODRIGUES JR., Otávio Luiz. *Código Civil comentado*, v. VI, t. I – *Compra e venda, troca e contrato estimatório* (artigos 481 a 537). Álvaro Villaça Azevedo (coord.). São Paulo: Atlas, 2008.

_____. *Exceções no direito civil: um conceito em busca de um autor?* In: Leonardo Carneiro da Cunha et Al. (Org.). *Prescrição e decadência. Estudos em homenagem ao Professor Agnelo Amorim Filho*. Salvador: JusPodivm, 2013.

_____. *A influência do BGB e da doutrina alemã no direito civil brasileiro do século XX*. Revista dos Tribunais, v. 938, p. 79–155, dez. 2013.

ROLLI, Rita. *Il rilancio della causa del contratto: la causa concreta*. Contratto e impresa. Anno XXIII, n. 2, p. 416–54, marzo-aprile 2007.

ROPPO, Vincenzo. *Il contratto*. In: Giovanni Iudica e Paolo Zatti (a cura di). *Trattato di Diritto Privato*. Seconda Edizione. Milano: Giuffrè, 2001.

_____. *Causa concreta: una storia di successo? Dialogo (non reticente, né compiacente) con la giurisprudenza di legittimità e di merito*. Rivista di Diritto Civile. Anno LIX. N. 4. p. 957–88, Luglio-agosto 2013.

ROSENVALD, Nelson; FARIAS, Cristiano Chaves de. *Curso de direito civil*, v. IV – *Contratos: teoria geral e contratos em espécie*. 9ª Ed., Salvador: Editora JusPodivm, 2019.

_____; _____. *Direito civil: Teoria geral*. 9ª Ed., Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

_____; _____. *Curso de direito civil – v. II: obrigações*. Salvador: JusPodivm, 2019.

SABA, Diana Tognini. *Direito de retenção e seus limites*. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016

SACCO, Rodolfo; DE NOVA, Giorgio. *Il contratto*. Tomo II. 3^a Ed., Torino: UTET, 2004.

SALEILLES, Raymond. *Étude sur la théorie générale de l'obligation d'après le premier projet de code civil pour l'empire allemande*. 2^e édition. Paris: F. Pichon et Durand Auzias. 1914.

_____. *Du refus de paiement pour inexécution de contrat*. In: Étude de Droit Comparé. Paris: A. Rousseau, 1893.

SALLES, Raquel Bellini de Oliveira. *A autotutela pelo inadimplemento nas relações contratuais*. Tese (Doutorado em Direito Civil) – Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SAVIGNY, Friedrich Carl von. *Le droit des obligations – Partie du droit romain actuel*. Tome second. Traduction de T. hippert. Paris: A. Durand & Pedone Lauriel, 1873.

SCADUTO, Gioachino. *L'exceptio non adimpleti contractus nel diritto civile italiano*. In: Annali del Seminario Giuridico della r. Università di Palermo. v. III. p. 75–226, 1921.

SCALFI, Gianguido. *Osservazioni sui contratti a prestazioni corrispettive*. Rivista del Diritto Commerciale e del Diritto Generale delle Obbligazioni. Anno LVI, parte prima, p. 452–95.

SCHILLING, Arno. *Exceção de inexecução*. Revista Jurídica. Ano 1. V. II. p. 44–48, 1953.

SCHIOPPA, Antonio Padoa. *História do direito na europa – Da idade média à idade contemporânea*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

SCHIZZEROTTO, Giovanni. *Il collegamento negoziale*. Napoli: Jovene, 1983.

SCHMITT, Michael A.; PASTERCZYK, Michael. *Specific performance under the uniform commercial code – will liberalism prevail?* DePaul Law Review. n. 26. p. 54–77, 1976.

SCHREIBER, Anderson et al. *Código civil comentado – doutrina e jurisprudência*. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

_____. *A tríplice transformação do adimplemento (adimplemento substancial, inadimplemento antecipado e outras figuras*. In: Direito civil e Constituição. São Paulo: Atlas, p. 97–118, 2013.

_____. *Manual de direito civil contemporâneo*. São Paulo: Saraiva, 2018.

SCHUNCK, Giuliana Bonanno. *Contratos de longo prazo e dever de cooperação*. São Paulo: Almedina, 2016.

SCHWARTZ, Alan; SCOTT, Robert E. *Contract theory and the limits of contract law*. The Yale Law Journal, v. 113, n. 3, p. 541–619, 2003.

SCIALOJA, Vittorio. *Negozi giuridici*. Roma: Foro Italiano, 1933.

SERPA LOPES, Miguel Maria de. *Exceções substanciais: exceção de contrato não cumprido*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1959.

SHAVELL, Steven. *Economic analysis of contract law*. Harvard Law and Economics Discussion Paper, n. 403, chapter 13. Disponível em <<https://ssrn.com/abstract=382040>>. Acesso em 25/08/2018.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. *Direito de defesa e tutela jurisdicional. Estudo sobre a posição do réu no processo civil brasileiro*. Tese (Doutorado em Direito Processual) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SILVA, João Calvão da. *Cumprimento e sanção pecuniária compulsória*. Coimbra: Almedina, 1987.

SILVA, Rodrigo da Guia. *Novas perspectivas da exceção de contrato não cumprido: repercussões da boa-fé objetiva sobre o sinalagma contratual*. Revista de Direito Privado, vol. 78, p. 43–83, jun/2017.

_____. *Notas sobre o cabimento do direito de retenção: desafios da autotutela no direito privado*. Civilistica.com. a. 6. n. 2. p. 1–25, 2017.

SIMÕES, Marcel Edvar. *Ação em sentido material ainda existe em nosso sistema jurídico?* Revista Consultor Jurídico. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-mai-16/direito-civil-atual-acao-sentido-material-ainda-existe-nosso-sistema-parte>>. Acesso em: 31/05/2019.

SOUZA, Eduardo Nunes de. *De volta à causa contratual: aplicações da função negocial nas invalidades e nas vicissitudes supervenientes do contrato*. Civilistica.com. a.8. n.2. p. 1–53, 2019.

STARCK, Boris; ROLAND, Henri; BOYER, Laurent. *Obligations. Tome 2: Contrat*. Cinquième Édition. Paris: Litec, 1995.

STEINER, Renata C. *Descumprimento contratual – Boa-fé e violação positiva do contrato*. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

STONE, Rebecca. *Economic analysis of contract law from the internal point of view*. Columbia Law Review, v. 116, nº 8, p. 2005–57, 2016.

SZTAJN, Rachel. *Notas de análise econômica: Responsabilidade civil e contratos*. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, v. 111, p. 9–29, 1998.

TALAMANCA, Mario. *La bona fides nei giuristi romani – ‘Leerformeln’ e valori dell’ordinamento*. In: Luigi Garofalo (org.). *Il ruolo della buona fede oggettiva nell’esperienza giuridica storica e contemporanea*, v. IV. Padova: CEDAM, 2004.

TARTUFARI, Luigi. *L’exceptio inadimpleti contractus e l’azione di danni per causa dell’ecceção inadempimento*. Rivista di Diritto Commerciale, Industriale e Marittimo. v. IV, parte seconda, p. 306–12, 1906.

TAYLOR, Celia R. *Self-help in contract law: An exploration and proposal*. Wake Forest Law Review, v. 33, p. 839–907, 1988.

TEIXEIRA DE FREITAS, Augusto. *Consolidação das leis civis*, v. I. Edição fac-símile. Brasília: Senado Federal, 2003.

_____. *Código civil – Esboço*, v. I. Brasília: Ministério da Justiça, 1983.

TEPEDINO, Gustavo; BODIN DE MORAES, Maria C.; BARBOZA, Heloísa H. *Código Civil Interpretado*, v. I. 2ª Ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

_____. *Código Civil Interpretado*, v. II. 2ª Ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

TERRA, Aline de Miranda Valverde. *Inadimplemento anterior ao termo*. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

_____. *Âmbito de incidência da cláusula resolutiva expressa: para além dos contratos bilaterais*. Revista de Direito Privado. Ano 17. v. 65. p. 121–138, jan-mar 2016.

_____. *A questionável utilidade da violação positiva do contrato no direito brasileiro*. Revista de Direito do Consumidor, v. 101, p. 181–205, set/out 2015.

_____. *Cláusula resolutiva expressa e resolução extrajudicial*. Civilistica.com. a.2. n.3. p. 1–19, 2013.

THEODORO JR., Humberto. *Exceção de contrato não cumprido – Aspectos materiais e processuais*. Revista Jurídica, n. 189, p. 7–20, 1993.

_____. In: José Roberto Ferreira Gouvêa et Al. (Coord.). *Comentários ao Código de Processo Civil: da execução em geral*, v. XV. São Paulo: Saraiva, 2017.

_____. *Prescrição: ação, exceção e pretensão*. In: Pontes de Miranda e o Direito Processual. Salvador: JusPodivm, p. 465–84, 2013.

TIMM, Luciano Benetti. *O direito subsidiário nas ordenações portuguesas medievais*. Revista Direito e Democracia, v. 7, n.2, p. 387–405, 2006.

TRABUCCHI, Alberto. *Istituzioni di diritto civile*. Padova: CEDAM, 1978.

TRIMARCHI, Pietro. *Istituzioni di diritto privato*. 9ª Ed., Milano: Giuffrè, 1991.

_____. *Il contratto: Inadempimento e rimedi*. Milano: Giuffrè, 2010.

VAMPRÉ, Spencer. *O que é o Código Civil?* São Paulo: Livraria e Oficinas Magalhães, 1916.

VAZ SERRA, Adriano Paes da Silva. *Excepção de contrato não cumprido (exceptio non adimpleti contractus)*. Boletim do Ministério da Justiça (Portugal), n. 67, p. 17–181, junho/1957.

_____. *Objecto da obrigação. A prestação – suas espécies, conteúdo e requisitos*. Boletim do Ministério da Justiça (Portugal), n. 74, p. 15–285, março/1958.

VOCI, Pasquale. *La dottrina del contratto nei giuristi romani dell'età classica*. In: Gian Gualberto Archi (a cura di). *Scritti di diritto romano in onore di Contardo Ferrini*. Milano: Ulrico Hoepli. p. 385–99, 1946.

VON TUHR, Andreas. *Tratado de las obligaciones*. Trad.: W. Roces. Tomo II. Madrid: Editorial Reus S/A, 1934.

WALD, Arnoldo. *A cessão de posição no mercado financeiro e a insolvência do cessionário – Da compensação legal nos negócios jurídicos bilaterais e da exceção do contrato não cumprido*. Revista de Direito Civil, n. 67, p. 85–101, 1994.

WESTERMANN, Harm Peter. *Código Civil Alemão – Direito das obrigações – Parte Geral*. Trad. Armindo Edgar Laux. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1983.

WIEACKER, Franz. *História do direito privado moderno*. Trad. A. M. Botelho Hespanha. 3ª Ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

WILLISTON, Samuel. *Dependency of mutual promises in the civil law*. Harvard Law Review, v. 13, n. 2, p. 80–109, 1899.

WINDSCHEID, Bernardo. *Diritto delle pandette*. Volume Secondo. Parte Prima. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1904.

ZAMIR, Eyal. *The missing interest: Restoration of the contractual equivalence*. Virginia Law Review, v. 93, p. 59–138, 2007.

ZANA, Mario. *La regola della buona fede nell'eccezione di inadempimento*. Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile. v. 26, p. 1376–94, 1972.

ZIMMERMANN, Reinhard. *The law of obligations – Roman foundations of the civilian tradition*. Oxford University Press, 1996.